



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria-Geral de Administração e Planejamento
Comissão Permanente de Compras e Licitação

Avenida Governador Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - www.defensoria.ro.def.br

Edital de Licitação Nº 0056786/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2022/CPCL/DPE/RO

EDITAL Nº 012/2022/CPCL/DPE/RO

Data de abertura: 23/06/2022				Horário de abertura: 09h00min			
Sistema eletrônico www.gov.br/compras/pt-br				Observação Para todas as referências de tempo será observado o horário oficial de Brasília - DF			
Processo SEI: 3001.100631.2021		SRP? Sim	Exclusiva ME/EPP? Sim		Reserva de cota? Não		
Objeto Registro de preço para futura e eventual aquisição de material elétrico e hidráulico, para atender às necessidades da Defensoria Pública do Estado de Rondônia.							
Valor total estimado R\$ 59.748,29 (cinquenta e nove mil setecentos e quarenta e oito reais e vinte nove centavos).							
Impugnações e Pedidos de esclarecimentos: Até 20/06/2022 para o endereço licitacao@defensoria.ro.def.br			Modo de Disputa: Aberto e Fechado		Amostra? Não		
Prazo para envio da proposta definitiva e documentos complementares: 02 (duas) horas após convocação do pregoeiro.							
Requisitos básicos 1. Cadastro no SICAF; 2. Certidão do CAGEFIMP; 3. Certidão do CNIA; 4. Certidão do CEIS;			Requisitos específicos <i>Vide termo de referência</i>				

Observações Gerais

-

Avenida Jorge Teixeira, nº 1722 - Bairro Embratel - CEP: 76.820-846 - Porto Velho – RO

Fone: 69 3217-4713 / (69) 99348-3068

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2022/CPCL/DPE/RO

EDITAL Nº 012/2022/CPCL/DPE/RO

Exclusivo ME/EPP e Equiparados

A **Defensoria Pública do Estado de Rondônia - DPE/RO**, através de seu **Pregoeiro** e Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 1272/2021-GAB/DPE de 3 de novembro de 2021, publicado no D.O.E. nº 607 – ano II, de dia 03 de novembro de 2021, torna público que se encontra autorizada a realização da licitação, na modalidade **Pregão**, em sua forma **eletrônica**, do tipo **menor preço**, com **adjudicação por lote**, mediante **fornecimento parcelado**, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, elaborado em conformidade com a Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 a qual se aplica subsidiariamente a modalidade de Pregão, com a Lei Complementar nº 123/2006, Lei Estadual nº 2.414/2011, Decretos Estaduais nº 26.182/2021, nº 16.089/2011 e nº 21.675/2017, Decreto Federal nº 10.024/2019 e suas respectivas alterações, e com outras legislações vigentes.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

DIA: 23 de junho de 2022.

HORÁRIO: 09h00min (horário oficial de Brasília/DF)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras/pt-br

UASG: 926224

1. DO OBJETO, PRAZO, LOCAL E RECEBIMENTO:

1.1. DO OBJETO: A presente licitação tem como objeto o **registro de preço para futura e eventual aquisição de material elétrico e hidráulico, para atender às necessidades da Defensoria Pública do Estado de Rondônia.**, conforme quantidades, condições e especificações minuciosamente descritas neste Edital e seus anexos.

1.1.1. A licitação será dividida em lotes, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do ANEXO II do edital, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes for de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

1.1.2. O critério de julgamento adotado será o **menor preço do lote**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.1.3. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no endereço eletrônico e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão às últimas.

1.2. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO: Conforme descrito no item **04** do Termo de Referência.

2. DO VALOR ESTIMADO:

2.1. O valor estimado da licitação é de **R\$ 59.748,29 (cinquenta e nove mil setecentos e quarenta e oito reais e vinte nove centavos).**

3. DA AUTORIZAÇÃO:

3.1. A realização desta licitação encontra-se devidamente autorizada pelo Ordenador de Despesas, conforme **Processo SEI nº 3001.100631.2021**, e destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos.

4. DO SISTEMA ORÇAMENTÁRIO:

4.1. Os recursos orçamentários para dar cobertura à realização da despesa estão previstos na Lei Orçamentária Anual - LOA, exercício **2022**, por meio da programação: **30.011.03.122.2046.2182**; natureza da despesa: **3.3.90.30**; fonte de recurso: **0230/0630**; unidade orçamentária: **30011 - Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado de Rondônia.**

5. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

5.1. Até **03 (três) dias úteis** antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá **impugnar** este Edital.

5.1.1. A **impugnação** poderá ser realizada de forma eletrônica, por meio do e-mail: licitacao@defensoria.ro.def.br ou protocoladas na DPE/RO, situada à Avenida Jorge Teixeira, nº 1722 - Bairro Embratel - CEP: 76.820-846, Porto Velho, Rondônia, em dias úteis nos horários de **08h30min às 14h30min (horário oficial de Brasília/DF).**

5.1.2. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação no **prazo de até 1 (um) dia útil** antecedente à data marcada para a abertura da licitação.

5.1.3. Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

5.2. Os **pedidos de esclarecimentos** referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até **03 (três) dias úteis** anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio do e-mail licitacao@defensoria.ro.def.br.

5.2.1. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos até a data definida para a sessão inaugural e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do termo de referência.

5.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

5.4. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

5.5. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo **Pregoeiro** serão entranhados nos autos do processo licitatório e divulgados nos sítios eletrônicos www.defensoria.ro.def.br e www.gov.br/compras/pt-br, disponíveis para consulta por qualquer interessado.

5.6. As respostas aos pedidos de esclarecimentos vincularão os participantes e a Administração.

6. DO CREDENCIAMENTO:

6.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

6.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras/pt-br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

6.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

6.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

6.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

7. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:

7.1. Poderão participar deste **Pregão**, exclusivamente, as microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, e que estejam com credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, por meio do sítio www.gov.br/compras/pt-br.

7.2. Não poderão participar deste **Pregão**:

7.2.1. Consórcio de empresas: Fica vedada a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio, sendo que neste caso o objeto a ser licitado não envolve questões de alta complexidade técnica, ao ponto de haver necessidade de parcelamento do objeto, através da união de esforços;

7.2.2. Empresa que estiver em processo de falência ou sob o regime de concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

7.2.3. Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública;

7.2.4. Empresa impedida de licitar e contratar com o Estado de Rondônia, durante o prazo da sanção, conforme art. 7º, da Lei nº 10.520/2002;

7.2.5. Empresa punida com suspensão temporária (art. 87, inciso III, da Lei nº 8.666/93) do direito de licitar e contratar com o Órgão/Entidade Contratante, durante o prazo de sanção;

7.2.6. Empresário proibido de contratar com o Poder público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), durante o prazo de sanção;

7.2.7. Empresário proibido de contratar com a Administração Pública, em razão do disposto no art. 72, parágrafo 8º, inciso V, da Lei nº 9.605/98 (Lei de Crimes ambientais), durante o prazo de sanção;

7.2.8. Empresas estrangeiras que não funcionem no País.

7.3. A participação nesta licitação importa o **licitante** a irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos, independentemente de declaração expressa. A não observância dessas condições ensejará o sumário impedimento da participação do **licitante** no referido certame.

7.3.1. Não cabe à **licitante**, após a abertura da sessão pública, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, o **licitante** deverá ler atentamente o Edital e seus anexos.

7.4. Como requisito para participação neste **Pregão**, o **licitante** deverá se manifestar nas seguintes declarações, em campo próprio do sistema eletrônico:

a) Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

b) Declaração de ciência e concordância com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, bem assim de cumprimento pleno dos requisitos de habilitação previstos;

c) Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

d) Declaração expressa do responsável pela firma de que ela não está impedida de participar de licitações promovidas por órgãos ou entidades públicas;

e) Declaração de que é microempresa e empresa de pequeno porte, e que, sob as penas da Lei, cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e está apta a usufruir do tratamento favorecido nos arts. 42 a 49 da referida Lei Complementar, se for o caso;

f) Declaração de elaboração independente de proposta;

g) Declaração de não utilização de trabalho degradante ou forçado, nos termos do art. 1º, III e IV, e art. 5º, III, da Constituição Federal;

h) Declaração de Acessibilidade, nos termos do art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

7.4.1. Em caso de omissão, o **licitante** será desclassificado.

7.4.2. A **declaração falsa** relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta, emprego de menor, elaboração independente da proposta, enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou ao direito de preferência, e sobre a não utilização de trabalho degradante ou forçado sujeitará o **licitante** às sanções previstas neste Edital e nas leis.

8 . DO CADASTRO DA PROPOSTA DE PREÇOS E ENVIO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. O **licitante** credenciado a participar deste **Pregão**, deverá enviar exclusivamente por meio do sistema eletrônico, os documentos de habilitação exigidos no edital e a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação, sendo considerados inválidos os documentos enviados por meio diverso.

8.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

8.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.4. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

8.5. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

8.6. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

8.7. O **licitante** deverá cadastrar sua proposta mediante o preenchimento, no **sistema eletrônico**, dos seguintes campos, sempre que estes estiverem disponíveis:

a) Preço unitário e total;

b) Marca/modelo/fabricante;

c) Descrição detalhada do objeto ofertado.

8.8. No caso de haver divergência entre a descrição do código CATMAT/CATSER no sistema eletrônico e o disposto no Edital, o **licitante** deverá obedecer ao que está disposto no Edital.

8.9. Neste Pregão, será declarada a proposta mais vantajosa aquela que preencher os requisitos de adequabilidade ao objeto da contratação, observando os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste edital, inclusive o preço.

8.9.1. Será avaliada a proposta mais vantajosa comparando-se a soma dos preços por item no lote e a somatória dos preços dos itens do lote multiplicado pela estimativa de consumo.

8.10. Nos preços propostos devem estar incluídos todos os custos diretos ou indiretos que se façam indispensáveis à perfeita execução do objeto desta licitação devem estar inclusos nos preços cotados, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer impostos, taxas, fretes, seguros, embalagens, transporte, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciárias e demais encargos.

8.11. É **vedada** a cotação parcial de itens ou de quantidade inferior à demandada nesta licitação.

8.12. O prazo de validade da proposta comercial será de **60 (sessenta)** dias, a contar da data marcada para a abertura das propostas, podendo ofertar prazo superior, declarando-o expressamente no campo "descrição complementar".

8.13. No julgamento da habilitação e das propostas, o **Pregoeiro** poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, sempre assegurada, a todos os **licitantes**, paridade de tratamento neste aspecto.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS:

9.1. A abertura da sessão pública deste **Pregão**, conduzida pelo **Pregoeiro**, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio www.gov.br/compras/pt-br.

9.1.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do **Pregoeiro** de data diversa.

9.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o **Pregoeiro** e o **licitante** ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

9.3. Cabe ao **licitante** acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão

pública do **Pregão**, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

9.4. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, dentre as quais:

- a) Contiverem cotação de objeto diverso daquele requerido nesta licitação;
- b) Não atenderem aos parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital;
- c) Apresentarem irregularidades ou defeitos que prejudiquem o julgamento objetivo por parte do **Pregoeiro**;
- d) Apresentarem vantagem baseada nas ofertas dos demais **licitantes**, exceto o preço, obedecida a formulação de lances;
- e) Valores unitários e/ou global superiores ao máximo aceito;
- f) Apresentarem preços unitários simbólicos, preços irrisórios ou com valor zero;
- g) Preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos são compatíveis com a execução do objeto;
- h) A proposta que identifique o **licitante**;
- i) Apresentarem proposta alternativa.

9.4.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.4.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de julgamento.

9.4.3. O ônus da prova da exequibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo de **48 (quarenta e oito) horas**, contados da intimação, e seu julgamento observará as disposições presentes no art. 44, §3º c/c art. 48, II, ambos da Lei nº 8.666/1993.

10. DA DISPUTA E FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de disputa.

10.2. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

10.3. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.3.1. O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR UNITÁRIO do item**.

10.4. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

10.5. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

10.6. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

10.7. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**ABERTO E FECHADO**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

10.8. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

10.9. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

10.9.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

10.10. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

10.10.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

10.11. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

10.12. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;

10.12.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

10.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.14. Durante o transcurso da fase de disputa, o **licitante** será informado, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará a autora do lance.

10.15. No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

10.15.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

10.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

10.17. Encerrada a etapa de lances, ocorrendo à situação denominada **empate ficto**, prevista no art. 44, § 2º, da Lei Complementar nº 123/2006, o sistema eletrônico se encarregará **automaticamente** de assegurar o exercício dos direitos inerentes à preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, na forma regulamentada pelo art. 45 do mesmo estatuto.

10.17.1. Para tanto, faz-se necessário que no campo próprio trazido pelo sistema eletrônico, o **licitante** manifeste cumprir plenamente os requisitos para classificação como tal, nos termos do art. 3º do referido diploma legal.

10.17.2. O **licitante** que deixar de assinalar o referido campo não terá **direito** a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006.

10.17.3. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas

microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparados forem iguais ou até **5% (cinco por cento)** superiores a melhor proposta ou melhor lance, desde que esta também não se enquadre nessas categorias.

10.17.4. Encerrado os lances, o sistema identificará automaticamente a existência da situação de empate na sala de disputa, informando o nome do **licitante**. Em seguida, será convocado o **licitante** que se encontre em situação de empate para, no prazo de **5 (cinco) minutos**, sob pena de preclusão, ofertar novo lance, inferior ao menor lance registrado para o item/grupo.

10.17.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

10.17.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparados, que se encontrem empatados no intervalo estabelecido nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate.

10.18. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e equiparados, **nos lotes exclusivos ou com reserva de cota**, será concedida prioridade às microempresas e empresas de pequeno porte **sediadas local ou regionalmente**, até o limite de **10% (dez por cento)** do melhor preço válido, para apresentarem novas propostas de desempate, nos termos do Decreto Estadual nº 21.675/2017.

10.18.1. As microempresas, empresas de pequeno porte e equiparados local ou regional que se enquadrarem no subitem anterior, serão convocadas pelo **Pregoeiro** para apresentarem novas propostas no prazo máximo de **05 (cinco) minutos** após o encerramento dos lances, contados a partir da convocação do **Pregoeiro**, sob pena de preclusão.

10.18.2. Na hipótese de as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparados sediadas local ou regionalmente não apresentarem propostas de preços inferiores àquela considerada vencedora da licitação, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação do **subitem 10.18**, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

10.18.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e equiparados sediadas local ou regionalmente, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.19. Persistindo empate após a aplicação da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto Estadual nº 21.675/2017, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.20. Na hipótese de prosseguir o empate após a aplicação do art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

10.21. Após o encerramento da fase de disputa da sessão pública, o **Pregoeiro** poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, **contraproposta** ao **licitante** que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

10.21.1. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelos demais **licitantes**.

10.22. Todas as informações relativas à sessão pública deste Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.

10.23. Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e neste Edital.

10.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

11. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. Encerrada a fase de negociação, o pregoeiro solicitará que o licitante melhor classificado, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

11.2. A proposta de preços enviada pelo sistema deverá conter:

a) Razão social da proponente, endereço, CNPJ, número da conta corrente, agência e respectivo banco, telefone/fax e endereço eletrônico (e-mail);

b) Descrição detalhada do objeto, indicando, além das especificações técnicas, no que for aplicável, marca, modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente (quando for o caso);

c) Valor unitário, valor total do item e total do lote;

d) Comprovação de garantia do material, a qual deverá ocorrer através de documentação do fabricante de domínio público, sendo aceitas declarações do fabricante ou fornecedor.

11.2.1. O Pregoeiro poderá solicitar ainda, prospecto, manual e/ou catálogo, com descritivos técnicos detalhados, expedido pelo fabricante do material ofertado.

11.2.2. Os prazos estabelecidos pelo **Pregoeiro** poderão ser prorrogados por solicitação escrita e justificada do **licitante**, **via sistema**, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceitos pelo **Pregoeiro**.

11.3. O **Pregoeiro** examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade com as especificações técnicas do objeto e quanto ao preço estimado, oportunizando a adequação destes aos valores praticados no mercado.

11.4. O **Pregoeiro** poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da DPE/RO ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

11.5. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

11.6. Será **desclassificada** a proposta que apresentar preço final **superior ao preço máximo fixado** ou que apresentar preço manifestamente inexecutável.

11.6.1. Considera-se inexecutável a proposta que apresente preços global ou unitário simbólicos, irrisório ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

11.6.2. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

11.7. Incumbe ao **Pregoeiro**, na fase de julgamento, promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo o **licitante** atender às solicitações, podendo inclusive convocar o **licitante** para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema eletrônico, estabelecendo prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.

11.7.1. Havendo dúvidas sobre a veracidade dos documentos apresentados para habilitação ou

sua compatibilidade com as exigências editalícias, poderá ser solicitada a exibição de documentos complementares, tais como: termo de contrato, atas de registro de preços, notas de empenho, notas fiscais ou outros considerados pertinentes.

11.8. Caso entenda necessário examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, poderá o **Pregoeiro**, a seu exclusivo critério, suspender a respectiva sessão.

11.8.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas** de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

11.9. Será desclassificada a proposta que não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo **Pregoeiro**.

11.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o **Pregoeiro** examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

11.10.1. Na hipótese em que o **Pregoeiro** não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

11.10.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.11. Havendo necessidade, o **Pregoeiro** suspenderá a sessão, informando no “*chat*” a nova data e horário para a sua continuidade.

11.12. Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento.

11.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

12. DA HABILITAÇÃO:

12.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) As declarações prestadas em campo próprio do sistema;

b) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;

c) Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP, instituído pela Lei Estadual nº 2.414/2011;

d) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, da Controladoria-Geral da União - CGU, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada; e,

e) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa - CNIA, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada.

12.1.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

12.1.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

12.1.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

12.2. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

12.3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

12.4. Caso atendidas as condições de participação, serão analisados os documentos enviados pelo licitante **juntamente** com a proposta de preços.

12.5. Por tratar-se de aquisição que não envolve maior complexidade, torna-se desproporcional o cumprimento de requisitos muito elaborados. Portanto, as exigências de habilitação limitam-se à comprovação da regularidade fiscal, jurídica, trabalhista e a certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, nos termos da Lei nº 8.666/1993, demonstrada a partir dos seguintes documentos:

12.5.1. Habilitação Jurídica:

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a demonstração do ramo de atividades compatível com o objeto licitado, bem como a última alteração social. Não será aceita a Certidão Simplificada da Junta Comercial para substituir o contrato social;

b) Registro na Junta Comercial, no caso de empresa individual, com demonstração atualizada dos objetos sociais, indicando ramo de atividade compatível com o objeto licitado;

c) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

e) Se a empresa se fizer representar por procurador, faz-se necessário o envio de outorga por instrumento público ou particular (com firma reconhecida), com menção expressa de que lhe confere amplos poderes, inclusive para formular lances, negociar preços, receber intimações e notificações, desistir ou não de recursos, bem como praticar os demais atos pertinentes ao certame;

f) Cédula de identificação dos sócios, ou do diretor, ou do proprietário, ou do representante legal da licitação, se for o caso.

12.5.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo à sede ou domicílio da **licitante**, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação da certidão de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212/1991, dentro da validade;

d) Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), dentro da validade;

e) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, demonstrada através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, em conformidade com a Lei nº 12.440/2011, dentro da

validade;

f) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede ou domicílio do licitante, dentro da validade;

g) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede ou domicílio do licitante, dentro da validade.

12.5.3. Qualificação Econômico-Financeira

a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

12.5.4. É dispensada a apresentação de documentos de habilitação, indicados, desde que estes estejam válidos e disponíveis para consulta no **Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF**.

12.5.5. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, **ou encaminhar**, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

12.5.6. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

12.6. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e **já apresentados**, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **02 (duas)** horas, sob pena de inabilitação.

12.7. A Administração não se responsabiliza pela perda de negócios quanto aos documentos exigidos para habilitação que puderem ser emitidos pelo **Pregoeiro** via *online*, gratuitamente, quando da ocorrência de eventuais problemas técnicos de sistemas ou quaisquer outros, pois é de inteira responsabilidade do **licitante** a apresentação dos documentos exigíveis legalmente quando da convocação, pelo **Pregoeiro**, para o envio dos mesmos.

12.8. A documentação exigida deverá ter validade mínima até a data prevista para a sessão pública. Se o prazo de validade das certidões não estiver expresso, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias consecutivos, excluindo-se nesta contagem o dia da emissão/expedição.

12.9. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

12.10. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, é assegurado o prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que for declarada vencedora desta licitação, prorrogável por igual período, a critério da DPE/RO, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

12.10.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

12.11. A não regularização da documentação no prazo previsto implicará na **decadência** do direito à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e na legislação, sendo facultado à DPE/RO convocar os **licitantes** remanescentes, na ordem de classificação ou, ainda, revogar esta licitação.

12.12. Para efeito de regularidade fiscal e trabalhista, serão igualmente aceitas certidões negativas e as certidões positivas com efeitos de negativas.

12.13. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o **Pregoeiro** suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade do

certame.

12.14. Sob pena de **inabilitação**, todos os documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:

a) Se o **licitante** for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

b) Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz; e,

c) Se o **licitante** for a matriz e a fornecedora do objeto neste Edital ou a emissora da fatura/nota fiscal for a filial, os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial, simultaneamente.

12.15. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, o **licitante** será declarado vencedor.

13. DOS RECURSOS:

13.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de **30 (trinta) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

13.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

13.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

13.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

13.2.3. As razões do recurso deverão ser apresentadas no prazo de **03 (três) dias**.

13.2.4. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de **03 (três) dias**, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

13.2.5. Para efeito do disposto no art. 109, § 5º, da Lei nº 8.666/1993, fica à vista dos autos franqueada aos interessados.

13.3. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.4. Julgado o recurso a decisão será publicada no sistema eletrônico.

14. DA REABERTURA DA SESSÃO

14.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

14.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

14.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao

encerramento da etapa de lances.

14.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat” e “aviso”).

15. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO:

15.1. Na ausência de recurso, caberá ao **pregoeiro** adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

15.2. Havendo recurso, a **autoridade competente** adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

16. DO REGISTRO DE PREÇOS:

16.1. Da assinatura da ata e cadastro de reserva de fornecedores:

16.1.1. Homologada a licitação, terá o adjudicatário o prazo de **3 (três) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.1.2. A Administração disponibilizará acesso ao Sistema Eletrônico de Informação – SEI para adjudicatária assinar a Ata de Registro de Preços.

16.1.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

16.1.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

16.1.5. Com o objetivo de formar cadastro reserva de fornecedores, no caso de exclusão do primeiro colocado, será incluído na respectiva ata o registro das licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao da licitante vencedora, na sequência da classificação do certame.

16.1.6. As sanções descritas no Termo de Referência, Anexo I do Edital, também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

16.2. Do prazo de validade da Ata de Registro de Preços:

16.2.1. Será de **12 (doze) meses** o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, contados da data da publicação do extrato no Diário Oficial Eletrônico da Defensoria Pública do Estado de Rondônia.

16.2.2. A detentora fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a validade da Ata de Registro de Preços, ainda que a(s) aquisição(ões) decorrente(s) tenha(m) que ser efetuado após o término de sua vigência.

16.3. Da realização periódica de pesquisa de mercado:

16.3.1. Nos termos do art. 10, inciso X do Decreto Estadual 18.340/13, será realizada periodicamente pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade, nos moldes previstos no artigo 34 do referido Decreto.

16.4. Da revisão dos preços registrados:

16.4.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 1993.

16.4.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços.

16.4.2.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

16.4.2.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

16.4.3. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

16.4.3.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

16.4.3.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

16.4.3.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

16.4.4. Será admitida solicitação de revisão de preços de que trata o item **16.4.3**, quando tratar-se de produto cujo preço médio de mercado for obtido em tabelas oficiais publicamente reconhecidas ou de preços regulamentados pelo poder público, depois de cumprido o disposto no inciso item **16.4.3.2**.

16.4.4.1. A revisão de preços prevista no subitem anterior poderá ser efetivada mediante requerimento do detentor da ata, que deverá fazê-lo antes do pedido de fornecimento e, deverá instruir o pedido com a documentação probatória de majoração do preço do mercado e a oneração de custos.

16.4.5. Os preços registrados serão mantidos inalterados por todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços - ARP, admitida sua revisão, para majorar ou minorar os preços registrados, em casos excepcionais, nas hipóteses legais e considerando os preços vigentes de mercado.

16.4.5.1. A revisão de preços prevista no subitem anterior precederá de requerimento: I - do detentor da ata, que deverá fazê-la antes do pedido de fornecimento e, instruindo seu pedido com documentação probatória de majoração de preço do mercado e a oneração de custos; pelo órgão participante ou órgão interessado, comprovando por meio de pesquisas de preços que há minoração do valor originalmente registrado.

16.4.5.2. Comprovada a majoração dos valores de mercado nas hipóteses da alínea “d” do inciso II do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993, o órgão gerenciador da Ata convocará, antes da efetiva alteração de preços, as demais licitantes na ordem de classificação original para que manifestem interesse em manter o preço original registrado em ata, de modo que, inexistindo interessados dispostos em manter o valor da ata; os preços poderão ser revisados conforme disposto no subitem **16.4.5**.

16.4.5.3. Comprovada a minoração dos valores de mercado, o órgão gerenciador da ata convocará os licitantes na ordem de classificação original para que manifestem interesse em adequar o preço registrado em ata, de modo que o órgão, mediante análise de vantajosidade e probidade das licitantes, poderá realizar, a seu critério técnico, os trâmites administrativos cabíveis para o cancelamento do item da ata.

16.4.5.4. A revisão aprovada não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época do registro.

16.5. Do cancelamento da Ata de Registro de Preços:

16.5.1. O registro do fornecedor será cancelado quando:

16.5.1.1. Descumprir total ou parcialmente as condições da ata de registro de preços;

16.5.1.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

16.5.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

16.5.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do artigo 87 da Lei n. 8.666, de 1993, ou no artigo 7º da Lei n. 10.520, de 2002.

16.5.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos subitens **16.5.1.1**, **16.5.1.2** e **16.5.1.4** será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

16.5.3. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas nos subitens **16.5.1.1** e **16.5.1.2** acarretará, ainda, a aplicação das penalidades cabíveis, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

16.5.4. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

16.5.4.1. Por razão de interesse público; ou

16.5.4.2. A pedido do fornecedor.

16.6. Da adesão a Ata de Registro de Preços:

16.6.1. Nos termos do Artigo 26 do Decreto Estadual 18.340/13, esta Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Estadual, Municipal ou Distrital que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

16.6.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

16.6.3. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

16.6.4. As adesões à ata de registro de preços não poderão exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

16.6.5. Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro de Preço.

17. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE:

17.1. Após homologação do certame, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou instrumento equivalente.

17.2. O adjudicatário terá o prazo de **3 (três) dias úteis**, contados a partir da data de sua

convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.3. A Administração disponibilizará acesso ao Sistema Eletrônico de Informação – SEI para adjudicatária assinar/receber o Termo de Contrato ou instrumento equivalente.

17.4. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o Contrato ou instrumento equivalente, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, após a devida notificação, sujeitando-a à perda do direito à contratação, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis previstas em Lei e no instrumento convocatório.

17.5. Apenas em função da total impossibilidade da utilização de e-mail, far-se-á a remessa da Ata ou Contrato por via postal, para assinatura da adjudicatária.

18. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

18.1. As obrigações estão dispostas no item **05** do Termo de Referência.

19. DO PAGAMENTO:

19.1. O pagamento será realizado na forma do item **06** do Termo de Referência.

20. DAS SANÇÕES:

20.1. As sanções serão aplicadas na forma do item **08** do Termo de Referência.

21. DO REAJUSTE:

21.1. Os preços serão fixos e irrevogáveis durante o prazo de 12 (doze) meses, contados da data da apresentação da proposta.

22. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO:

22.1. Os **licitantes** deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e a execução contratual, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira.

23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

23.1. Esta Licitação poderá ser revogada por interesse da **Defensoria Pública do Estado de Rondônia**, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulada por vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros, sem que o **licitante** tenha direito a qualquer indenização.

23.2. Os **licitantes** estão cientes das condições para participação no certame e são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a vencedora, implicará na anulação do empenho ou na rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

23.3. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do **licitante**, não conferindo direito a qualquer indenização ou ressarcimento, independente do resultado da licitação.

23.4. É facultado ao **Pregoeiro** ou à **Autoridade Superior**, em qualquer fase da licitação,

promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

23.5. As comunicações oficiais referentes ao presente objeto poderão ser realizadas através de **e-mail** corporativo, reputando-se válidas as enviadas em e-mail incluído na proposta ou documentos apresentados pelo **licitante**.

23.5.1. A ciência do ato será a data de confirmação da leitura pelo destinatário. Na ausência da confirmação, será considerada válida a comunicação na data do término do prazo de **2 (dois) dias úteis**, contados da data do envio.

23.6. As normas que disciplinam este **Pregão** serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.7. Para contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando explicitamente disposto em contrário.

23.8. Qualquer modificação neste Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

23.9. Os casos omissos serão resolvidos pelo **Pregoeiro**, que decidirá com base na legislação em vigor.

23.10. É **vedada** a subcontratação para a execução do objeto deste **Pregão**, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das penalidades aplicáveis previstas.

23.11. Este Edital encontra-se à disposição dos interessados nos sítios www.defensoria.ro.def.br ou www.gov.br/compras/pt-br, bem como na sala da Comissão Permanente de Compras e Licitações, situada na Avenida Jorge Teixeira, nº 1722 - Bairro Embratel - CEP: 76.820-846 - Porto Velho – RO, no horário das 08h30min às 14h30min (horário oficial de Brasília/DF), onde poderá ser retirado em meio físico ou eletrônico, sem ônus para a DPE/RO, com estes arcando o interessado, tais como fotocópia, ou trazendo o CD-R, ou *pen drive* próprio.

23.12. O **Pregoeiro** e **Equipe de Apoio** encontram-se à disposição para esclarecimento de dúvidas ou informações complementares no endereço supracitado ou pelo telefone **(69) 3217-4713** ou **(69) 99348-3068**, e ainda pelo e-mail licitacao@defensoria.ro.def.br. O **Pregoeiro** não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos por ele em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto desta DPE/RO quanto do emissor.

24. DOS ANEXOS:

24.1. Fazem parte integrante do presente Edital, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

24.1.1. Anexo I - Termo de Referência (id. 0053236);

24.1.2. Anexo II - Estimativa de Preços (id. 0048789);

24.1.3. Anexo III - Modelo de Proposta de Preços (id. 0048807); e,

24.1.4. Anexo IV – Minuta da Ata de Registro de Preços (id. 0048810).

25. DO FORO:

25.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da cidade de Porto Velho/RO, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Porto Velho - RO, na data da assinatura.

Antônio Carlos Mendonça Tavernard

Pregoeiro

Adriana Larissa Freitas dos Santos

Equipe de Apoio

Luan Hortiz Campos

Equipe de Apoio



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Carlos Mendonca Tavernard, Pregoeiro(a)**, em 07/06/2022, às 08:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Luan Hortiz Campos, Membro(a) de Equipe de Apoio**, em 07/06/2022, às 08:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Larissa Freitas dos Santos, Membro(a) de Equipe de Apoio**, em 07/06/2022, às 09:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei informando o código verificador **0056786** e o código CRC **630404C0**.

Caso responda este documento, favor referenciar expressamente o Processo nº 3001.100631.2021.

Documento SEI nº 0056786v13



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Avenida Governador Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - www.defensoria.ro.def.br

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 01/2022

ADENDO MODIFICADOR 03 TERMO DE REFERÊNCIA Nº 01/2022

AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO E HIDRÁULICO

PORTO VELHO - RO
2022

1. INTRODUÇÃO

- 1.1. Este Termo visa assegurar os melhores resultados possíveis para o processo licitatório, sem frustrar o caráter competitivo da sua execução, atendendo e resguardando os interesses da Administração Pública.
- 1.2. A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.
- 1.3. Assim, elaboramos o presente Termo, o qual contém todas as informações necessárias para dar subsídios à contratação pretendida.

2. JUSTIFICATIVA

- 2.1. A pretensa aquisição tem por objetivo a viabilização de pequenos reparos e instalações que se fazem necessários no âmbito das atribuições do Departamento de Serviços Gerais, que consistem na manutenção dos banheiros, portas, pias, caixas de descargas, instalação de tomadas, trocas de lâmpadas, reatores, entre outros, de forma a manter a conservação predial em razão do desgaste natural das estruturas e possibilitar adequações em virtude da ampliação dos setores desta DPE, que devem ser realizadas de ofício pelo Departamento de Serviços Gerais.
- 2.2. O presente Termo visa ainda atender às necessidades da Diretoria de Tecnologia da Informação, que solicita itens análogos aos pretendidos pelo DSG, para consecução de suas atividades de instalação, remoção, remanejamento e estruturação do parque tecnológico da DPE.
- 2.3. Atender às solicitações dos setores requisitantes, efetuando a troca ou instalação dos itens, colaborando com a manutenção predial.
- 2.4. Os itens que compõem o objeto ora pretendido são de extrema necessidade, vez que são utilizados para finalidades estruturais diversas, mas que se complementam pela obrigatoriedade de realização de pequenos reparos e instalações e manutenção das condições de salubridade, segurança e equilíbrio do ambiente organizacional.
- 2.5. A Defensoria Pública do Estado de Rondônia, em sua atual estrutura, compreende:

ORDEM	LOCAL
1	Sede da DPE
2	Posto de Atendimento da Zona Leste
3	Almoxarifado e Patrimônio / Unidade Móvel
4	Comarca de Alta Floresta do Oeste
5	Comarca de Alvorada do Oeste
6	Comarca de Ariquemes
7	Comarca de Buritis
8	Comarca de Cacoal
9	Comarca de Cerejeiras
10	Comarca de Colorado do Oeste
11	Comarca de Costa Marques
12	Comarca de Espigão do Oeste
13	Comarca de Guajará Mirim
14	Comarca de Jarú
15	Comarca de Ji-Paraná
16	Comarca de Machadinho do Oeste
17	Comarca de Nova Brasilândia
18	Comarca de Ouro Preto do Oeste
19	Comarca de Pimenta Bueno
20	Comarca de Presidente Médici
21	Comarca de Rolim de Moura
22	Comarca de Santa Luzia
23	Comarca de São Francisco do Guaporé
24	Comarca de São Miguel do Guaporé
25	Comarca de Vilhena

- 2.6. Os materiais que se pretende adquirir, suprirão a necessidade dos setores para a realização de serviços diariamente solicitados e que contribuem sobremaneira para a consecução das atividades finalísticas desta Defensoria, tanto para os departamentos da Capital, quanto para os Núcleos localizados no Interior do Estado.
- 2.7. O quantitativo e as especificações dos itens apresentados representam o resultado de levantamento realizado pelo Departamento de Serviços Gerais, tendo como parâmetros as solicitações emanadas pelos setores e Núcleos, considerando-se ainda o constante crescimento da Instituição.

3. OBJETO

3.1. O presente Termo de Referência visa o **registro de preço para futura e eventual aquisição de MATERIAL ELÉTRICO E HIDRÁULICO**, para atender às necessidades da Defensoria Pública do Estado de Rondônia, nas instalações da Capital e nos Núcleos localizados no Interior do Estado, conforme especificações e quantidades estabelecidas no ANEXO A - ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES, deste Termo de Referência.

3.2. A adoção do Sistema de Registro de Preços, nos termos inciso II, do art. 15, da Lei 8.666/1993, se justifica em razão da impossibilidade de definição exata do quantitativo a ser adquirido/utilizado por esta Defensoria, porquanto este atenderá às demandas da Instituição.

3.3. As quantidades referidas no ANEXO A - ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES deste Termo são solicitações mínimas e máximas que deverão ser observadas no momento de cada requisição, bem como o quantitativo total dos materiais.

3.4. Todas as características referentes à aquisição são parâmetros mínimos exigidos para o fornecimento do material, sendo permitida a oferta de materiais com características superiores, os quais serão avaliados pela Administração.

3.5. O(s) material(is) deverão ser novos, não reconicionados, de primeiro uso e não deverão conter marcas, amassados, arranhões ou outras avarias, deverão ser entregues em pleno estado de funcionamento e, ainda, constar a garantia mínima de 12 (doze) meses, na data da entrega.

3.6. O(s) material(is) a ser(em) adquirido(s) enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520/2002, posto que detêm especificações técnicas conhecidas e usualmente utilizadas no mercado, não havendo grandes variações qualitativas que demandem análise específica e diferenciada do particular que pretende contratar com a Administração;

3.7. Da análise da pretensa aquisição, verificou-se que a divisão do objeto em lotes/grupos proporcionará os melhores resultados para a Administração, bem como ampliará a competitividade da licitação, pelas razões a seguir elencadas:

a) Viabilidade Econômica - A divisão em lotes proporcionará a possibilidade de participação de empresas de pequeno porte, que poderão apresentar propostas de acordo com sua capacidade;

b) Viabilidade Técnica - A divisão do objeto em lotes proporcionará aos licitantes a possibilidade de fornecimento de acordo com sua capacidade operacional, não sendo necessária a mobilização de grande efetivo ou logística para atendimento em grandes extensões territoriais;

c) Perda de escala - Não se vislumbra a perda de economia de escala, posto que a divisão do objeto em lotes ainda assim proporciona considerável quantitativo de itens a serem adquiridos.

3.8. Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO**, com adjudicação por lote e fornecimento parcelado.

4. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DA ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1. O(s) material(is) deverá(ão) ser entregues rigorosamente dentro das especificações estabelecidas neste Termo, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa formal, com a aplicação das penalidades contratuais.

4.2. A Nota de Empenho será encaminhada à(s) Contratada(s) via e-mail. A ciência do ato será a data de confirmação da leitura do seu teor pelo destinatário, sendo considerada válida, na ausência de confirmação, a comunicação na data do término do prazo de **02 (dois) dias úteis**, contados a partir da data do seu envio.

4.3. **Do prazo de entrega:** O(s) material(is) deverá(ão) ser entregue(s) em um prazo de até **30 (trinta) dias corridos**, após o recebimento da Ordem de Fornecimento e/ou Nota de Empenho.

4.3.1. Os prazos para adimplemento das obrigações consignadas no presente Instrumento Convocatório admitem prorrogação nos casos e condições especificados no art. 57, §1º, da Lei nº 8.666/1993, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, ser fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

4.4. **Do local de entrega:** O(s) material(is) será(ão) entregue(s) no **Departamento de Serviços Gerais**, localizado na Avenida Jorge Teixeira, 1722, Bairro Embratel, Porto Velho/RO, Telefone: 69-3217-4715 e 69-99231-2457, de segunda a sexta-feira das 07h30min às 13h30min.

4.5. **DO RECEBIMENTO:** O(s) material(is) será(ão) recebido(s) pelo(a) chefe do **Departamento de Serviços Gerais** ou quem estiver substituindo-o(a) ou por ele(a) indicado(a), conforme art. 73, inciso II, alíneas 'a' e 'b', e ainda, § 2º do referido artigo da Lei nº 8.666/1993, que terá, juntamente com a(s) Contratada(s), a incumbência de, dentre outras atribuições, aferir a quantidade, qualidade e adequação do(s) material(is) entregue(s).

4.5.1. A entrega do(s) material(is) deverá ser informada com no mínimo **03 (três) dias** de antecedência.

4.5.2. **PROVISORIAMENTE:** O(s) material(is) será(ão) recebido(s) provisoriamente no prazo de **03 (três) dias úteis**, pelo(a) pelo(a) chefe do Departamento de Serviços Gerais ou quem estiver substituindo-o(a) ou por ele(a) indicado(a), para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste termo e na proposta.

4.5.3. **DEFINITIVAMENTE:** O(s) material(is) será(ão) recebido(s) definitivamente no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do(s) material(is) e consequente aceitação mediante termo circunstanciado, por servidor incumbido pela fiscalização do objeto.

4.5.4. Os volumes serão abertos no momento da entrega, na presença da(s) Contratada(s) e da DPE/RO, que em conjunto conferirão o conteúdo entregue. A conferência será realizada com base na lista dos materiais descritos na(s) Nota(s) Fiscal(is) a ser(em) fornecida no ato da entrega, detalhando claramente todas as partes integrantes do(s) material(is). Este detalhamento não poderá ser feito por códigos, e sim pela descrição de cada material e/ou equipamento, com a respectiva quantidade.

4.5.5. É facultada a presença da(s) Contratada(s) durante todo o procedimento de recebimento definitivo do(s) material(is).

4.5.6. A(s) licitante(s) vencedora(s) será(ão) responsável(is) pelo transporte e despesas com carga e descarga dos objetos deste termo até a entrega nas dependências da DPE/RO.

4.5.7. O(s) volume(s) contendo o(s) material(is) deverá(ão) estar identificado(s) externamente com os dados constantes da(s) Nota(s) Fiscal(is), na qual deverá(ão) constar necessariamente o número de série de todo(s) o(s) material(is) que estiver(em) sendo entregue(s).

4.5.8. Deverão ser fornecidos todos os acessórios necessários para a instalação e pleno funcionamento de todo o equipamento, de acordo com as características descritas nas especificações técnicas.

4.5.9. Deverá ser fornecida toda documentação técnica que abranja configuração, instalação e gerenciamento dos produtos envolvidos, se for o caso.

4.5.10. Aceito o(s) material(is), será procedido o atesto na(s) Nota(s) Fiscal(is), autorizando o pagamento.

4.5.11. O(s) material(is) poderá(ão) ser rejeitado(s), no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste termo e na proposta, devendo ser substituídos em um prazo não superior a **10 (dez) dias corridos**, às custas da(s) Contratada(s), a contar da sua notificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.5.12. Caso o objeto seja **REJEITADO**, o termo de recebimento provisório perderá todos os efeitos jurídicos, inclusive o de purgação de eventual mora contratual.

4.5.13. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do(s) material(is), nem ético-profissional pela perfeita execução, dentro dos limites estabelecidos pela Lei ou pelo Instrumento Contratual.

4.5.14. Em conformidade com o art. 76 da Lei nº 8.666/1993, se no recebimento do objeto for constatado seu fornecimento de forma incompleta ou em desacordo com as condições avençadas, será interrompido o prazo de recebimento definitivo, até que seja sanada a situação, nos termos do art. 69 da lei supramencionada.

4.5.15. Em caso de dúvida sobre a autenticidade do(s) material(is), a(s) Contratada(s) se compromete(m) a arcar com os custos dos testes de

originalidade, a serem realizados nos laboratórios dos próprios fabricantes, ou não sendo possível, em outro escolhido de comum acordo entre as partes.

4.5.16. O Departamento de Almoxarifado e Patrimônio ficará responsável pelo tombamento dos materiais permanentes, entrega ao setor competente, com Termo de Responsabilidade assinado pelo servidor, e registro dos bens em sistema, indicando características e a responsabilidade da guarda.

5. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. DA(S) CONTRATADA(S):

5.1.1. Fornecer o(s) material(is) de acordo com as especificações técnicas e as condições estabelecidas, mantendo-o(s) sempre em perfeita ordem, arcando com os ônus necessários à completa entrega do(s) material(is), se necessário substituir todo e qualquer material não aprovado pela Contratante, sem qualquer ônus adicional, bem como assumir inteira responsabilidade pela entrega do(s) material(is) que fornecer.

5.1.2. Cumprir todos os prazos estipulados para entrega do(s) material(is), substituindo-os ou corrigindo-os, às suas custas, no total ou em parte, nos prazos fixados, quando se verificarem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções.

5.1.3. Prover todos os meios necessários à garantia do fornecimento, inclusive considerados os casos de greves ou paralisação de qualquer natureza.

5.1.4. Entregar o(s) material(is) dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e, inclusive, às recomendações exigidas pela boa técnica.

5.1.5. Comunicar imediatamente à Contratante qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras essências para recebimento de correspondência.

5.1.6. Arcar com as despesas com embalagem, seguro e transporte do(s) material(is) até o local de entrega.

5.1.7. Comunicar imediatamente à Contratante, por escrito, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a entrega do(s) material(is), para adoção de medidas cabíveis.

5.1.8. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas neste instrumento.

5.1.9. Manter durante toda a vigência da Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.1.10. Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, bem, ainda, assegurar os direitos, inclusive quanto aos preços praticados.

5.1.11. Fornecer e utilizar, sob sua inteira responsabilidade, a competente e indispensável mão de obra habilitada, selecionada e necessária, atendidas, sempre e regularmente, todas as exigências legais pertinentes, como ônus trabalhistas, encargos sociais, tributos, indenizações e seguro contra acidentes.

5.1.12. Responder pelas despesas resultantes e de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou quaisquer de seus empregados e prepostos.

5.1.13. Responsabilizar-se, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da entrega do(s) material(is), tais como salários, seguro contra acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vales-transportes, vales-refeições e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.

5.1.14. Responsabilizar-se por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Contratante.

5.1.15. Reparar, ou quando isto for impossível, indenizar por danos materiais e/ou pessoais decorrentes de erro na entrega do(s) material(is), objeto do presente termo, que sobrevenha em prejuízo da Contratante ou de terceiros, sem quaisquer ônus para a Contratante.

5.1.16. Providenciar a identificação individual de seus empregados que transitem nas dependências da Contratante, quando em atividade na execução do objeto contratado, através de uniforme e/ou crachá.

5.1.17. Garantir a titularidade de todo e qualquer direito de propriedade industrial envolvido nos bens e peças, assumindo a responsabilidade por eventuais ações e/ou reclamações, de modo a assegurar a Contratante a plena utilização dos bens adquiridos ou a respectiva indenização.

5.1.18. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções.

5.1.19. Reconhecer os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa nas situações prevista no art. 78 da Lei nº 8.666/1993.

5.1.20. Atender prontamente às exigências da DPE/RO inerentes ao objeto da Ata.

5.1.21. Abster-se, qualquer que seja a hipótese, de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades deste objeto, sem prévia autorização da Contratante.

5.1.22. Identificar qualquer equipamento de sua posse que venha a ser utilizado nas dependências da Contratante, afixando placas de controle patrimonial, selos de segurança, etc.

5.1.23. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela DPE/RO.

5.1.24. Convocada pela Contratante, assinar a Ata, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, **dentro do prazo de 10 (dez) dias**, prorrogável por igual período.

5.2. DA CONTRATANTE:

5.2.1. Acompanhar e a fiscalizar a entrega do(s) objeto(s) deste Termo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de fatos que, a seu critério, exijam a adoção de medidas por parte da Contratada.

5.2.2. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela Contratada.

5.2.3. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais.

5.2.4. Pagar à Contratada o valor resultante do fornecimento do(s) material(is), na forma estabelecida neste Termo.

5.2.5. Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no(s) material(is) entregue(s), para que seja(m) substituído(s) ou corrigido(s).

5.2.6. Indicar o local e horário em que deverá(ão) ser entregue(s) o(s) material(is).

5.2.7. Permitir, aos empregados da Contratada, acesso ao local da entrega, observadas as normas de segurança.

5.2.8. Comunicar às autoridades irregularidades ocorridas e atos ilícitos cometidos pela Contratada.

5.2.9. Reter créditos e aplicar as penalidades cabíveis previstas na legislação, em casos de irregularidades constatadas na execução do objeto deste instrumento.

5.2.10. Assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado pelos demais fornecedores, objeto deste instrumento, de forma a garantir que continuem sendo os mais vantajosos.

5.2.11. Realizar rigorosa conferência das características do(s) material(is) entregue(s), pelos agentes designados, somente atestando os documentos da despesa quando comprovada a entrega total, fiel e correta do objeto contratado, ou de parte da entrega a que se referirem.

5.2.12. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela(s) Contratada(s).

5.2.13. Rejeitar, no todo ou em parte, o(s) material(is) que a Contratada entregar fora das especificações.

6. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento referente à cada fração de material solicitada será efetuado em parcela única, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, à vista da Fatura(s) ou Nota(s) Fiscal(is) por ela apresentada, que deverá(ão) ser entregue(s) ao setor/servidor responsável pela fiscalização do objeto, no prazo máximo de até **05 (cinco) dias úteis** para os valores de até **R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais)** e, acima desse valor, no prazo de até **30 (trinta) dias** após o recebimento definitivo do(s) material(is) entregue(s), sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e resoluções vigentes, observada ainda a exigibilidade da ordem cronológica de pagamentos, conforme o art. 5º, *caput*, da Lei nº 8.666/1993.

6.2. A(s) Fatura(s) ou Nota(s) Fiscal(is) deve(m) ser emitida(s) em 02 (duas) vias, devendo conter em corpo a descrição do objeto, o número da conta bancária da Contratada, acompanhada de toda a documentação necessária à comprovação de que a Contratada mantém-se regular em todas as condições previstas para habilitação no certame licitatório.

6.3. A atestação da(s) Fatura(s) ou Nota(s) Fiscal(is) caberá ao fiscal da Ata, desde que o(s) material(is) esteja(m) em conformidade com as exigências contidas neste instrumento e não haja impeditivo imputável à Contratada.

6.4. A Nota de Empenho será encaminhada à Contratada, podendo ser enviada via e-mail, que deverá aceitá-la e devolvê-la datada e carimbada com CNPJ, pelo mesmo modo no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data do envio do e-mail.

6.5. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA, CNPJ: 01.072.076/0001-95 - Endereço Avenida Gov. Jorge Teixeira, 1722 - bairro: Embratel - Porto Velho/RO, CEP: 76820-846.

6.6. Havendo erro na(s) Nota(s) Fiscal(is) ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela(s) será(ão) devolvida(s) e o pagamento ficará pendente até que a licitante vencedora providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese a DPE/RO poderá pagar apenas a parcela não controvertida com as devidas justificativas (neste caso a DPE/RO terá um prazo de 05 (cinco) dias a partir do recebimento, para efetuar a análise e o pagamento).

6.7. Na hipótese acima, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação e/ou reapresentação da(s) Nota(s) Fiscal(is), não acarretando qualquer ônus para a DPE/RO.

6.8. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

6.9. Na hipótese de haver irregularidades no cumprimento das obrigações da(s) Contratada(s), a DPE/RO reterá os créditos a que aquela teria direito, até o limite do valor dos prejuízos causados à Administração, sem prejuízo das penalidades aplicáveis previstas nos arts. 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/1993.

6.10. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo para pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que regularizados.

6.11. Ocorrendo atraso no pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para o atraso, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referenciada e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada com a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,000164384, assim apurado:

$I = (TX)/365$ $I = \{(6/100)/365\}$ $I = 0,000164384$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

7. SISTEMA ORÇAMENTÁRIO

7.1. O valor estimado para a pretensa aquisição consta de Planilha Mercadológica elaborada pelo Departamento de Aquisição, produzida com base em orçamentos recebidos de empresas especializadas, em pesquisas de mercado e mediante consulta a Contratos e Atas de Registro de Preços firmados por órgãos públicos, disponibilizados em suas páginas na internet ou em bancos de preços.

7.2. Os recursos orçamentários para dar cobertura à realização da despesa estão previstos na Lei Orçamentária Anual - LOA, exercício 2022, por meio da programação: **30.011.03.122.2046.2182**; natureza da despesa: **3.3.90.30**; fonte: **0230/0630**; unidade orçamentária: **30011 - FUNDEP**.

8. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. À Contratada que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir os preceitos legais (ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e comprovados), aplicar-se-ão as seguintes penalidades, conforme a natureza e gravidade da falta cometida e sem prejuízo de outras sanções pertinentes à espécie:

I. Advertência.

II. Multa moratória, nos seguintes percentuais:

a) No atraso injustificado da entrega do objeto contratado, ou por ocorrência de descumprimento contratual, 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do empenho, limitado a 10 (dez) dias;

b) No caso de atraso injustificado na substituição do objeto, 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor do empenho, incidência limitada a 10 (dez) dias;

c) Na hipótese de atraso injustificado na entrega do objeto, superior a 10 (dez) dias, 8% (oito por cento) sobre o valor do empenho;

d) Em caso de reincidência no atraso de que tratam as letras "a", "b" e "c" quando da ocorrência do 3º (terceiro) atraso, poderá ser aplicada sanção mais grave prevista no subitem III deste item, concomitantes e sem prejuízo de outras cominações;

e) Caso a multa a ser aplicada ultrapasse os limites fixados nas letras "a" e "b", poderá ser aplicada sanção mais grave prevista no subitem III deste item, concomitantes e sem prejuízo de outras cominações.

III. Multa contratual, por inadimplemento das obrigações, nos seguintes percentuais:

a) Pelo descumprimento total, 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado;

b) Pelo descumprimento parcial, até 10% (dez por cento) sobre o valor do empenho, levando em consideração para fixação do valor final, a relevância da parcela inadimplida - aplicável apenas em hipóteses excepcionais, devidamente fundamentadas;

c) Caracteriza-se como inadimplemento absoluto, descumprimento total, a recusa injustificada do adjudicatário em assinar a Ata, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração.

IV. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, prevista no art. 87, inciso III, da Lei 8.666/93, por prazo não superior a 2 (dois) anos, aplicado conforme a gravidade das faltas cometidas.

V. Impedimento de Licitar e Contratar com o Estado de Rondônia e descredenciamento do SICAF, previsto no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, aplicado conforme a gravidade das faltas cometidas.

VI. Declaração de Inidoneidade para Licitar e Contratar com a Administração Pública, prevista no art. 87, inciso IV, da Lei nº 8.666/1993.

8.2. Incidirá também na sanção prevista no subitem V acima a licitante que deixar de enviar os documentos necessários à sua habilitação ou, quando for o caso, a nova Planilha de Custos e Formação de Preços por meio eletrônico, com os valores readequados ao lance vencedor.

8.3. A sanção prevista no subitem I será aplicada pelo(a) Fiscal e as sanções dos subitens II, III, IV, V e VI serão aplicadas pelo Defensor Público-Geral do Estado.

8.4. No processo de aplicação de sanções, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, facultada a defesa prévia ao interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da respectiva intimação para as sanções previstas nos subitens I, II e III acima e de 10 (dez) dias para a dos subitens IV e V.

8.5. As sanções serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF. Nos casos previstos nos incisos IV, V e VI, serão, também, incluídas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP, sem prejuízo das multas previstas neste Termo de Referência e das demais cominações legais.

8.6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a(s) Contratada(s) fizer(em) jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da(s) Contratada(s), o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

8.7. As sanções previstas nos subitens acima poderão ser aplicadas separada ou conjuntamente.

9. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

9.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução da Ata consistem na verificação da conformidade da entrega dos materiais, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do objeto, devendo ser exercido “in loco” pelos(as) servidores(as) designados(as) pela Administração, aos(as) quais caberão prestar as informações necessárias sobre o fornecimento e eventuais ocorrências visando efetuar os registros em livro próprio e tomadas as providências para solução dos fatos, observando o Regulamento nº 021/2018/DPG/DPE/RO.

9.2. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material(is) inadequado(s) ou de qualidade(s) inferior(es), e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/1993.

10. PROPOSTAS E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

10.1. As propostas deverão ser apresentadas de forma clara e objetiva, em conformidade com o instrumento convocatório, devendo conter todos os elementos que influenciam no valor final da contratação, detalhando os preços unitários e o valor global da proposta;

10.2. A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contida, assumindo o proponente o compromisso de fornecer o objeto contratado, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo quando requerido pela DPE/RO, suas substituições.

10.3. No preço ofertado estarão incluídos também os custos indiretos sobre o fornecimento do objeto, tais como: seguros de acidentes, taxas, impostos, contribuições sociais, indenizações, etc., inclusive despesas com transporte para entregas no local indicado no presente Termo de referência.

10.4. Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO**, com adjudicação por lote.

11. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA

11.1. Por tratar-se de aquisição que não envolve maior complexidade, torna-se desproporcional o cumprimento de requisitos muito elaborados. Portanto, na presente contratação as exigências limitam-se à comprovação tão somente à regularidade fiscal, jurídica, trabalhista e apresentação de Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, nos termos da Lei nº 8.666/1993.

12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

12.1. Ao expor claramente a motivação para realizar a aquisição do(s) material(is), a Defensoria Pública do Estado de Rondônia pretende evidenciar o ato administrativo revestidos de todos os seus requisitos formais e materiais no intuito de torná-lo eficaz e célere de acordo com o art. 5º do Decreto Federal nº 5.450/2005 e art. 4º do Decreto Federal nº 3.555/2000.

12.2. O presente processo licitatório, bem como a consequente contratação será regida pela Lei 8.666/93.

13. ANEXOS

13.1. ANEXO A - ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

13.2. ANEXO B - TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

13.3. ANEXO C - TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

Porto Velho/RO, na data da assinatura.

CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA SILVA
Técnico Administrativo

WAGNER PEREIRA DA SILVA
Chefe do Departamento de Serviços Gerais/DA/DPE-RO
Defensoria Pública do Estado de Rondônia

ANEXO A - ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE PADRÃO DE MEDIDA	PEDIDO MÍNIMO	QUANT. LICITADA
1	1	BROCA AÇO RÁPIDO. ÂNGULO DE AFIÇÃO: 118°. DIÂMETRO: NO MÍNIMO 6,00MM. COMPRIMENTO 93MM. COMPRIMENTO DE CORTE: 57MM.	UNIDADE	2	10
1	2	BROCA WÍDEA PARA CONCRETO, MEDINDO, NO MÍNIMO, 6MM. PONTA DE METAL DURO.	UNIDADE	2	10
1	3	BUCHA DE NYLON, NO MÍNIMO 6MM, PARA FIXAÇÃO EM ALVENARIA E CONCRETO. PACOTE COM 100 UNIDADES.	PACOTE	5	20
1	4	BUCHA DE NYLON, NO MÍNIMO 8MM, PARA FIXAÇÃO EM ALVENARIA E CONCRETO. PACOTE COM 100 UNIDADES.	PACOTE	2	10
1	5	BUCHA PARA GESSO DE 6MM.	UNIDADE	200	1000
1	6	BUCHA PARA GESSO DE 8MM.	UNIDADE	200	1000
1	7	LÂMINAS PARA ARCO DE SERRA 24 DENTES. 12".	UNIDADE	2	10
2	1	CABO DE COBRE ELETROLÍTICO, ROLO COM NO MÍNIMO 100 METROS FLEXÍVEL SEÇÃO CIRCULAR, TEMPERO MOLE ANTICHAMA CLASSE TÉRMICA 70° C 750V NO MÍNIMO 6MM² ISOLADO COMPOSTO DE PVC ANTICHAMA, COR PRETA.	ROLO	1	1
2	2	CABO DE COBRE ELETROLÍTICO, ROLO COM NO MÍNIMO 100 METROS FLEXÍVEL SEÇÃO CIRCULAR, TEMPERO MOLE ANTICHAMA CLASSE TÉRMICA 70° C 750V NO MÍNIMO 6MM² ISOLADO COMPOSTO DE PVC ANTICHAMA, COR VERMELHA.	ROLO	1	1
2	3	CABO DE COBRE ELETROLÍTICO, ROLO COM NO MÍNIMO 100 METROS FLEXÍVEL, SEÇÃO CIRCULAR, ANTICHAMA, CLASSE TÉRMICA 70°C, 750V, NO MÍNIMO 2,5MM² , ISOLADO COMPOSTO DE PVC ANTICHAMA, COR AZUL.	ROLO	2	5
2	4	CABO DE COBRE ELETROLÍTICO, ROLO COM NO MÍNIMO 100 METROS FLEXÍVEL, SEÇÃO CIRCULAR, ANTICHAMA, CLASSE TÉRMICA 70°C, 750V, NO MÍNIMO 2,5MM² , ISOLADO COMPOSTO DE PVC ANTICHAMA, COR VERMELHA.	ROLO	2	4
2	5	CABO DE COBRE ELETROLÍTICO, ROLO COM NO MÍNIMO 100 METROS FLEXÍVEL, SEÇÃO CIRCULAR, ANTICHAMA, CLASSE TÉRMICA 70°C, 750V, NO MÍNIMO 4MM² , ISOLADO COMPOSTO DE PVC ANTICHAMA, COR AZUL.	ROLO	1	2
2	6	CABO DE COBRE ELETROLÍTICO, ROLO COM NO MÍNIMO 100 METROS FLEXÍVEL, SEÇÃO CIRCULAR, ANTICHAMA, CLASSE TÉRMICA 70°C, 750V, NO MÍNIMO 4MM² , ISOLADO COMPOSTO DE PVC ANTICHAMA, COR VERMELHA.	ROLO	1	2
2	7	CABO DE COBRE TIPO PP DE 2,5MM , ROLO COM, NO MÍNIMO, 100 METROS, ISOLAMENTO ANTICHAMA, COR PRETA.	ROLO	1	1

2	8	CABO DE COBRE TIPO PP DE 6MM, ROLO COM, NO MÍNIMO, 100 METROS, ISOLAMENTO ANTICHAMA, COR PRETA.	ROLO	1	1
2	9	CABO DE COBRE TIPO PP, 4X4MM (4 VIAS DE 4MM CADA), TENSÃO DE ISOLAMENTO MÍNIMO 750V, ROLO COM, NO MÍNIMO, 100 METROS, ISOLAMENTO ANTICHAMA, COR PRETA.	ROLO	1	1
2	10	DISJUNTOR BIPOLAR, 16A, CURVA C.	UNIDADE	2	10
2	11	DISJUNTOR BIPOLAR, 20A, CURVA C.	UNIDADE	2	10
2	12	DISJUNTOR BIPOLAR, 25A, CURVA C.	UNIDADE	2	10
2	13	DISJUNTOR BIPOLAR, NO MÍNIMO 16A, 127V E 220V.	UNIDADE	3	15
2	14	DISJUNTOR BIPOLAR, NO MÍNIMO 25A, DE 220V.	UNIDADE	2	10
2	15	DISJUNTOR MONOPOLAR, 10A.	UNIDADE	2	10
2	16	DISJUNTOR MONOPOLAR, 16A.	UNIDADE	2	10
2	17	DISJUNTOR TRIPOLAR, NO MÍNIMO 35A, DE 220 V E 380V.	UNIDADE	2	5
2	18	DISJUNTOR UNIPOLAR, NO MÍNIMO 15A, 127V E 220V.	UNIDADE	2	10
2	19	ELETRODUTO CORRUGADO FLEXÍVEL. AM 3/4 DN 25 – 25M.	UNIDADE	1	2
2	20	EXTENSÃO ELÉTRICA DE 5 TOMADAS. TRÊS PINOS GROSSOS, 10A, BIVOLT. CABO DE 3 METROS	UNIDADE	2	5
2	21	PLUGUE FÊMEA 2P+T, 250V, 10A, 180°.	UNIDADE	2	5
2	22	PLUGUE MACHO 2P+T, 250V, 10A, 180°.	UNIDADE	2	5
2	23	RELÉ FOTOELÉTRICO REDONDO, 220V, 1000W, 50/60HZ, 1800 V.A.	UNIDADE	2	10
2	24	TOMADA DUPLA DE EMBUTIR DE 3 PINOS NO MÍNIMO 10A E NO MÁXIMO 20A. TENSÃO MÍNIMA; 127V. TENSÃO MÁXIMA: 250V. CORRENTE MÁXIMA: 20A.	UNIDADE	10	40
2	25	TOMADA DUPLA EXTERNA DE 3 PINOS NO MÍNIMO 10A E NO MÁXIMO 20A. TENSÃO MÍNIMA; 127V. TENSÃO MÁXIMA: 250V. CORRENTE MÁXIMA: 20A.	UNIDADE	13	53
3	1	ABRAÇADEIRA EM NYLON, NO MÍNIMO 5MM X 200MM. TRABALHO -40°C A 85°C. PACOTE COM, NO MÍNIMO, 100 UNIDADES.	PACOTE	3	30
3	2	CANALETAS EM PVC . DIMENSÕES MÍNIMAS: 20MMX10MM, COM, NO MÍNIMO, 2 METROS.	UNIDADE	100	1123
3	3	CANALETAS EM PVC . DIMENSÕES MÍNIMAS: 30MMX30MM, COM, NO MÍNIMO, 2 METROS.	UNIDADE	40	609
4	1	ADESIVO PLÁSTICO, PARA PVC. FRASCO COM PINCEL NA TAMPA. 175G, INCOLOR.	UNIDADE	2	5
4	2	APLICADOR PARA SILICONE MANUAL. AÇO INOX, PARA TUBO DE ATÉ 300G.	UNIDADE	2	2
4	3	FITA ADESIVA DUPLA FACE , PERMANENTE, TRANSPARENTE. ROLO, MEDINDO, NO MÍNIMO, 19MM X 20M.	ROLO	2	10

4	4	SILICONE ADESIVO NEUTRO INCOLOR. TUBO DE 280G.	UNIDADE	2	5
5	1	ASSENTO SANITÁRIO UNIVERSAL PARA VASOS OVAIS, EM POLIPROPILENO. COR BRANCA.	UNIDADE	10	38
5	2	ENGATE FLEXÍVEL PARA BITOLAS 1/2 X 40 CM. GRANDE COM, NO MÍNIMO, 40CM E, NO MÁXIMO 50CM.	UNIDADE	9	38
5	3	MECANISMO COMPLETO UNIVERSAL PARA CAIXA ACOPLADA, COM ENTRADA 263MM E SAÍDA 218MM. ACOMPANHA VEDANTE, SACHÊ DE SILICONE E CONJUNTO DE FIXAÇÃO PARA CAIXAS ACOPLADAS.	UNIDADE	11	44
5	4	NÍVEL DE ALTA PRECISÃO . NÍVEL COM 3 BOLHAS: COMPRIMENTO NO MÍNIMO 600MM.	UNIDADE	1	1
5	5	SIFÃO SANFONADO UNIVERSAL . COMPRIMENTO MÁXIMO: 660MM. COMPRIMENTO MÍNIMO: 300MM. BITOLA: 7/8", 1 1/4" E 1 1/2".	UNIDADE	20	61
5	6	TORNEIRA PARA LAVATÓRIO , TIPO MESA, BICA BAIXA, EM METAL, CROMADA, COM DE ¼ DE VOLTA.	UNIDADE	9	27
5	7	TORNEIRA PARA LAVATÓRIO , TIPO MESA, BICA BAIXA, EM METAL, CROMADA, COM DE ¼ DE VOLTA (COM ACIONADOR).	UNIDADE	10	30
5	8	TORNEIRA PARA PIA DE COZINHA COM FILTRO , BICA ALTA EM METAL, CROMADA, CROMADA, COM DE ¼ DE VOLTA.	UNIDADE	2	6
5	9	VALVULA DE ACIONAMENTO PARA CAIXA DE DESCARGA ACOPLADA, COR METÁLICA (inox). (BOTÃO ACIONADOR) .	UNIDADE	2	4
6	1	CONES ZEBRADOS EM POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE, FLEXÍVEL. 75CM, LARANJA E BRANCO, REFLETIVO.	UNIDADE	3	6
6	2	FITA ZEBRADA SEM ADESIVO PARA DEMARCAÇÃO. EM POLIPROPILENO. COR: AMARELO E PRETO. ROLO DE, NO MÍNIMO, 7MM X 100M.	ROLO	2	5
6	3	PEDESTAL PLASTICO ORGANIZADOR DE FILA ÚNICA KIT COM 4 PEDESTAIS + 6 M DE CORRENTE ZEBRADO PT/AM	UNIDADE	2	2
7	1	LÂMPADA ELETRÔNICA 3U. 25W, FLUORESCENTE, 127V.	UNIDADE	38	152
7	2	LÂMPADA ELETRÔNICA LED COMPACTA, BULBO, 18W, 127V.	UNIDADE	2	8
7	3	LÂMPADA ELETRÔNICA LED PLAFON EMBUTIR , QUADRADO. MEDIDAS 22X22CM. 24W, BIVOLT.	UNIDADE	1	3
7	4	LÂMPADA ELETRÔNICA LED PLAFON EMBUTIR , QUADRADO. MEDIDAS 30X30CM. 24W, BIVOLT.	UNIDADE	2	5

7	5	LÂMPADA ELETRÔNICA LED PLAFON SOBREPOR, QUADRADO. MEDIDAS 22X22CM. 24W, BIVOLT.	UNIDADE	2	6
7	6	LÂMPADA ELETRÔNICA LED PLAFON SOBREPOR, QUADRADO MEDIDAS 30X30CM. 24W, BIVOLT.	UNIDADE	2	7
7	7	LÂMPADA ELETRÔNICA ESPIRAL 25W, 127V. FLUORESCENTE	UNIDADE	7	35
7	8	LÂMPADA PARA POSTE DE PÁTIO . VAPOR METÁLICO. 220V.	UNIDADE	8	24
7	9	LÂMPADA TUBULAR DE LED, T5, 18 W - LÂMPADA DE LED TUBULAR, T5, 18 W. TEMPERATURA DE COR IGUAL OU ACIMA DE 4000K IRC IRC > 80, EFICIÊNCIA LUMINOSA MÍNIMA DE 95 LM/W A 35°. VIDA ÚTIL MÍNIMA DE 16.000 HORAS	UNIDADE	35	140
7	10	LÂMPADA TUBULAR, T5, 14W. FLUORESCENTE. TEMPERATURA DE COR DE 4000K. IRC > 80. EFICIÊNCIA LUMINOSA MÍNIMA DE 95LM/W À 35°. VIDA ÚTIL MÍNIMA DE 16.000 HORAS.	UNIDADE	49	147
8	1	PILHA ALCALINA AA. 1,5V. BLISTER COM 2 UNIDADES.	BLISTER	10	31
8	2	PILHA ALCALINA AAA. 1,5V. BLISTER COM 2 UNIDADES.	BLISTER	119	356
8	3	PILHA BATERIA ALCALINA A23. 12V. BLISTER COM 1 UNIDADE.	BLISTER	14	42

**ANEXO B - TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO
TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO**

IDENTIFICAÇÃO:

Termo de Recebimento Provisório	Data:
Contrato nº:	Vigência do Contrato:
Contratada:	Prazo:
Objeto:	
Valor do contrato:	Fiscal:

Por este instrumento, atestamos, para fins, que o(s) material(is) relacionado(s) no instrumento acima identificado, foi(ram) recebido(s) nesta data e será(ão) objeto(s) de avaliação quanto à conformidade de qualidade, de acordo com os critérios de aceitação previamente definidos pela Contratante. Ressaltamos que o recebimento definitivo ocorrerá em até ___ dias, desde que não ocorram problemas técnicos ou divergências quanto às especificações constantes do Termo de Referência correspondente.

_____, ____ de _____ de 20__.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Nome Completo

Cargo

De acordo:

NOME DA EMPRESA

Nome Completo

Representante legal da empresa

**ANEXO C - TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO
TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO**

IDENTIFICAÇÃO:

Termo de Recebimento Definitivo	Data:
Contrato nº:	Vigência do Contrato:
Contratada:	Prazo:
Objeto:	
Valor do contrato:	Fiscal:

Pelo presente, declaramos, em caráter definitivo, a fiel e perfeita execução do objeto a que se refere o instrumento acima identificado, emitindo o presente **TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO**, com eficácia liberatória de todas as obrigações do contratado, exceto as garantias legais (art. 73, § 2º, da Lei nº 8.666/1993), bem como autorizamos a restituição de todas as garantias e/ou caução prestadas.

_____, ____ de _____ de 20__.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Nome Completo

Cargo



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Eduardo De Oliveira Silva, Técnico Administrativo**, em 19/05/2022, às 11:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Wagner Pereira Da Silva, Chefe de Departamento**, em 25/05/2022, às 09:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei informando o código verificador **0053236** e o código CRC **05383488**.

Caso responda este documento, favor referenciar expressamente o Processo nº 3001.100631.2021.

Documento SEI nº 0053236v3



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria-Geral de Administração e Planejamento
Comissão Permanente de Compras e Licitação

Avenida Governador Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - www.defensoria.ro.def.br

ANEXO 0048789

ANEXO II

ESTIMATIVA DE PREÇOS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT.	PREÇO MÉDIO UNIT (R\$)	PREÇO MÁXIMO (R\$)
LOTE 01					
1	BROCA AÇO RÁPIDO. ÂNGULO DE AFIANÇA: 118°. DIÂMETRO: NO MÍNIMO 6,00MM. COMPRIMENTO 93MM. COMPRIMENTO DE CORTE: 57MM.	UNIDADE	10	5,84	58,40
2	BROCA WÍDEA PARA CONCRETO, MEDINDO, NO MÍNIMO, 6MM. PONTA DE METAL DURO.	UNIDADE	10	6,33	63,30
3	BUCHA DE NYLON, NO MÍNIMO 6MM, PARA FIXAÇÃO EM ALVENARIA E CONCRETO. PACOTE COM 100 UNIDADES.	PACOTE	20	9,21	184,20
4	BUCHA DE NYLON, NO MÍNIMO 8MM, PARA FIXAÇÃO EM ALVENARIA E CONCRETO. PACOTE COM 100 UNIDADES.	PACOTE	10	15,68	156,80
5	BUCHA PARA GESSO DE 6MM.	UNIDADE	1000	0,06	60,00
6	BUCHA PARA GESSO DE 8MM.	UNIDADE	1000	0,57	570,00
7	LÂMINAS PARA ARCO DE SERRA 24 DENTES. 12".	UNIDADE	10	9,41	94,10

TOTAL DO LOTE 1					1.186,80
LOTE 02					
8	CABO DE COBRE ELETROLÍTICO, ROLO COM NO MÍNIMO 100 METROS FLEXÍVEL SEÇÃO CIRCULAR, TEMPERO MOLE ANTICHAMA CLASSE TÉRMICA 70º C 750V NO MÍNIMO 6MM² ISOLADO COMPOSTO DE PVC ANTICHAMA, COR PRETA.	ROLO	1	302,18	302,18
9	CABO DE COBRE ELETROLÍTICO, ROLO COM NO MÍNIMO 100 METROS FLEXÍVEL SEÇÃO CIRCULAR, TEMPERO MOLE ANTICHAMA CLASSE TÉRMICA 70º C 750V NO MÍNIMO 6MM² ISOLADO COMPOSTO DE PVC ANTICHAMA, COR VERMELHA.	ROLO	1	403,81	403,81
10	CABO DE COBRE ELETROLÍTICO, ROLO COM NO MÍNIMO 100 METROS FLEXÍVEL, SEÇÃO CIRCULAR, ANTICHAMA, CLASSE TÉRMICA 70ºC, 750V, NO MÍNIMO 2,5MM² , ISOLADO COMPOSTO DE PVC ANTICHAMA, COR AZUL.	ROLO	5	176,04	880,20
11	CABO DE COBRE ELETROLÍTICO, ROLO COM NO MÍNIMO 100 METROS FLEXÍVEL, SEÇÃO CIRCULAR, ANTICHAMA, CLASSE TÉRMICA 70ºC, 750V, NO MÍNIMO 2,5MM² , ISOLADO COMPOSTO DE PVC ANTICHAMA, COR VERMELHA.	ROLO	4	186,08	744,32
12	CABO DE COBRE ELETROLÍTICO, ROLO COM NO MÍNIMO 100 METROS FLEXÍVEL, SEÇÃO CIRCULAR, ANTICHAMA, CLASSE TÉRMICA 70ºC, 750V, NO MÍNIMO 4MM² , ISOLADO COMPOSTO DE PVC ANTICHAMA, COR AZUL.	ROLO	2	286,61	573,22

13	CABO DE COBRE ELETROLÍTICO, ROLO COM NO MÍNIMO 100 METROS FLEXÍVEL, SEÇÃO CIRCULAR, ANTICHAMA, CLASSE TÉRMICA 70°C, 750V, NO MÍNIMO 4MM² , ISOLADO COMPOSTO DE PVC ANTICHAMA, COR VERMELHA.	ROLO	2	338,95	677,90
14	CABO DE COBRE TIPO PP DE 2,5MM , ROLO COM, NO MÍNIMO, 100 METROS, ISOLAMENTO ANTICHAMA, COR PRETA.	ROLO	1	253,17	253,17
15	CABO DE COBRE TIPO PP DE 6MM , ROLO COM, NO MÍNIMO, 100 METROS, ISOLAMENTO ANTICHAMA, COR PRETA.	ROLO	1	406,11	406,11
16	CABO DE COBRE TIPO PP , 4X4MM (4 VIAS DE 4MM CADA), TENSÃO DE ISOLAMENTO MÍNIMO 750V, ROLO COM, NO MÍNIMO, 100 METROS, ISOLAMENTO ANTICHAMA, COR PRETA.	ROLO	1	1.848,20	1.848,20
17	DISJUNTOR BIPOLAR, 16A, CURVA C.	UNIDADE	10	29,23	292,30
18	DISJUNTOR BIPOLAR, 20A, CURVA C.	UNIDADE	10	29,36	293,60
19	DISJUNTOR BIPOLAR, 25A, CURVA C.	UNIDADE	10	27,56	275,60
20	DISJUNTOR BIPOLAR, NO MÍNIMO 16A, 127V E 220V.	UNIDADE	15	27,20	408,00
21	DISJUNTOR BIPOLAR, NO MÍNIMO 25A, DE 220V.	UNIDADE	10	23,75	237,50
22	DISJUNTOR MONOPOLAR, 10A.	UNIDADE	10	8,82	88,20
23	DISJUNTOR MONOPOLAR, 16A.	UNIDADE	10	8,84	88,40
24	DISJUNTOR TRIPOLAR, NO MÍNIMO 35A, DE 220 V E 380V.	UNIDADE	5	57,48	287,40
25	DISJUNTOR UNIPOLAR, NO MÍNIMO 15A, 127V E 220V.	UNIDADE	10	6,83	68,30

26	ELETRODUTO CORRUGADO FLEXÍVEL. AM 3/4 DN 25 – 25M.	UNIDADE	2	66,65	133,30
27	EXTENSÃO ELÉTRICA DE 5 TOMADAS. TRÊS PINOS GROSSOS, 10A, BIVOLT. CABO DE 3 METROS	UNIDADE	5	38,55	192,75
28	PLUGUE FÊMEA 2P+T, 250V, 10A, 180°.	UNIDADE	5	3,79	18,95
29	PLUGUE MACHO 2P+T, 250V, 10A, 180°.	UNIDADE	5	4,12	20,60
30	RELÉ FOTOELÉTRICO REDONDO, 220V, 1000W, 50/60HZ, 1800 V.A.	UNIDADE	10	20,54	205,40
31	TOMADA DUPLA DE EMBUTIR DE 3 PINOS NO MÍNIMO 10A E NO MÁXIMO 20A. TENSÃO MÍNIMA; 127V. TENSÃO MÁXIMA: 250V. CORRENTE MÁXIMA: 20A.	UNIDADE	40	15,62	624,80
32	TOMADA DUPLA EXTERNA DE 3 PINOS NO MÍNIMO 10A E NO MÁXIMO 20A. TENSÃO MÍNIMA; 127V. TENSÃO MÁXIMA: 250V. CORRENTE MÁXIMA: 20A.	UNIDADE	53	11,39	603,67
TOTAL DO LOTE 2					9.927,88
LOTE 03					
33	ABRAÇADEIRA EM NYLON, NO MÍNIMO 5MM X 200MM. TRABALHO -40°C A 85°C. PACOTE COM, NO MÍNIMO, 100 UNIDADES.	PACOTE	30	37,00	1.110,00
34	CANALETAS EM PVC . DIMENSÕES MÍNIMAS: 20MMX10MM, COM, NO MÍNIMO, 2 METROS.	UNIDADE	1123	5,80	6.513,40
35	CANALETAS EM PVC . DIMENSÕES MÍNIMAS: 30MMX30MM, COM, NO MÍNIMO, 2 METROS.	UNIDADE	609	23,50	14.311,50
TOTAL DO LOTE 3					21.934,90
LOTE 04					

36	ADESIVO PLÁSTICO , PARA PVC. FRASCO COM PINCEL NA TAMPA. 175G, INCOLOR.	UNIDADE	5	14,89	74,45
37	APLICADOR PARA SILICONE MANUAL. AÇO INOX, PARA TUBO DE ATÉ 300G.	UNIDADE	2	28,49	56,98
38	FITA ADESIVA DUPLA FACE , PERMANENTE, TRANSPARENTE. ROLO, MEDINDO, NO MÍNIMO, 19MM X 20M.	ROLO	10	63,89	638,90
39	SILICONE ADESIVO NEUTRO INCOLOR. TUBO DE 280G.	UNIDADE	5	19,17	95,85
TOTAL DO LOTE 4					866,18
LOTE 05					
40	ASSENTO SANITÁRIO UNIVERSAL PARA VASOS OVAIS, EM POLIPROPILENO. COR BRANCA.	UNIDADE	38	27,55	1.046,90
41	ENGATE FLEXÍVEL PARA BITOLAS 1/2 X 40 CM. GRANDE COM, NO MÍNIMO, 40CM E, NO MÁXIMO 50CM.	UNIDADE	38	10,81	410,78
42	MECANISMO COMPLETO UNIVERSAL PARA CAIXA ACOPLADA, COM ENTRADA 263MM E SAÍDA 218MM. ACOMPANHA VEDANTE, SACHÊ DE SILICONE E CONJUNTO DE FIXAÇÃO PARA CAIXAS ACOPLADAS.	UNIDADE	44	53,24	2.342,56
43	NÍVEL DE ALTA PRECISÃO . NÍVEL COM 3 BOLHAS: COMPRIMENTO NO MÍNIMO 600MM.	UNIDADE	1	35,18	35,18
44	SIFÃO SANFONADO UNIVERSAL . COMPRIMENTO MÁXIMO: 660MM. COMPRIMENTO MÍNIMO: 300MM. BITOLA: 7/8", 1 1/4" E 1 1/2".	UNIDADE	61	15,60	951,60
45	TORNEIRA PARA LAVATÓRIO , TIPO MESA, BICA BAIXA, EM METAL, CROMADA, COM DE ¼ DE VOLTA.	UNIDADE	27	85,84	2.317,68

46	TORNEIRA PARA LAVATÓRIO , TIPO MESA, BICA BAIXA, EM METAL, CROMADA, COM DE ¼ DE VOLTA (COM ACIONADOR).	UNIDADE	30	76,21	2.286,30
47	TORNEIRA PARA PIA DE COZINHA COM FILTRO , BICA ALTA EM METAL, CROMADA, CROMADA, COM DE ¼ DE VOLTA.	UNIDADE	6	143,71	862,26
48	VALVULA DE ACIONAMENTO PARA CAIXA DE DESCARGA ACOPLADA, COR METÁLICA (inox). (BOTÃO ACIONADOR) .	UNIDADE	4	47,00	188,00
TOTAL DO LOTE 5					10.441,26
LOTE 06					
49	CONES ZEBRADOS EM POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE, FLEXÍVEL. 75CM, LARANJA E BRANCO, REFLETIVO.	UNIDADE	6	45,01	270,06
50	FITA ZEBRADA SEM ADESIVO PARA DEMARCAÇÃO. EM POLIPROPILENO. COR: AMARELO E PRETO. ROLO DE, NO MÍNIMO, 7MM X 100M.	ROLO	5	14,53	72,65
51	PEDESTAL PLASTICO ORGANIZADOR DE FILA ÚNICA KIT COM 4 PEDESTAIS + 6 M DE CORRENTE ZEBRADO PT/AM	UNIDADE	2	186,00	372,00
TOTAL DO LOTE 6					714,71
LOTE 07					
52	LÂMPADA ELETRÔNICA 3U. 25W, FLUORESCENTE, 127V.	UNIDADE	152	22,43	3.409,36
53	LÂMPADA ELETRÔNICA LED COMPACTA, BULBO, 18W, 127V.	UNIDADE	8	17,78	142,24
54	LÂMPADA ELETRÔNICA LED PLAFON EMBUTIR, QUADRADO. MEDIDAS 22X22CM. 24W, BIVOLT.	UNIDADE	3	30,91	92,73
55	LÂMPADA ELETRÔNICA LED PLAFON EMBUTIR, QUADRADO. MEDIDAS 30X30CM. 24W, BIVOLT.	UNIDADE	5	34,77	173,85

56	LÂMPADA ELETRÔNICA LED PLAFON SOBREPOR, QUADRADO. MEDIDAS 22X22CM. 24W, BIVOLT.	UNIDADE	6	35,31	211,86
57	LÂMPADA ELETRÔNICA LED PLAFON SOBREPOR, QUADRADO MEDIDAS 30X30CM. 24W, BIVOLT.	UNIDADE	7	34,98	244,86
58	LÂMPADA ELETRÔNICA ESPIRAL 25W, 127V. FLUORESCENTE	UNIDADE	35	25,55	894,25
59	LÂMPADA PARA POSTE DE PÁTIO. VAPOR METÁLICO. 220V.	UNIDADE	24	35,36	848,64
60	LÂMPADA TUBULAR DE LED, T5, 18 W - LÂMPADA DE LED TUBULAR, T5, 18 W. TEMPERATURA DE COR IGUAL OU ACIMA DE 4000K IRC IRC > 80, EFICIÊNCIA LUMINOSA MÍNIMA DE 95 LM/W A 35°. VIDA ÚTIL MÍNIMA DE 16.000 HORAS	UNIDADE	140	34,96	4.894,40
61	LÂMPADA TUBULAR, T5, 14W. FLUORESCENTE. TEMPERATURA DE COR DE 4000K. IRC > 80. EFICIÊNCIA LUMINOSA MÍNIMA DE 95LM/W À 35°. VIDA ÚTIL MÍNIMA DE 16.000 HORAS.	UNIDADE	147	6,66	979,02
TOTAL DO LOTE 7					11.891,21
LOTE 08					
62	PILHA ALCALINA AA. 1,5V. BLISTER COM 2 UNIDADES.	BLISTER	31	5,33	165,23
63	PILHA ALCALINA AAA. 1,5V. BLISTER COM 2 UNIDADES.	BLISTER	356	6,56	2.335,36
64	PILHA BATERIA ALCALINA A2 3. 12V. BLISTER COM 1 UNIDADE.	BLISTER	42	6,78	284,76
TOTAL DO LOTE 8					2.785,35
TOTAL ESTIMADO					59.748,29



Documento assinado eletronicamente por **Luan Hortiz Campos, Pregoeiro(a)**, em 10/05/2022, às 11:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Larissa Freitas dos Santos, Membro(a) de Equipe de Apoio**, em 10/05/2022, às 11:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Carlos Mendonca Tavernard, Membro(a) de Equipe de Apoio**, em 10/05/2022, às 11:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei informando o código verificador **0048789** e o código CRC **C7E8EBFC**.

Caso responda este documento, favor referenciar expressamente o Processo nº 3001.100631.2021.

Documento SEI nº 0048789v2



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria-Geral de Administração e Planejamento
Comissão Permanente de Compras e Licitação
Avenida Governador Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - www.defensoria.ro.def.br

ANEXO 0048807

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

(apresentar em papel timbrado da licitante)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000/2022/CPCL/DPE/RO EDITAL Nº 012/2022/CPCL/DPE/RO

À DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA - DPE/RO

Prezados Senhores:

Apresentamos a V. S^a., nossa proposta de preços de

pele preço global de R\$ _____ (_____), nos termos do edital e seus anexos, conforme quadro abaixo:

DO OBJETO:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT.	MARCA/MODELO	PREÇO UNIT (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
LOTE 01						
1	BROCA AÇO RÁPIDO. ÂNGULO DE AFIAÇÃO: 118°. DIÂMETRO: NO MÍNIMO 6,00MM. COMPRIMENTO 93MM. COMPRIMENTO DE CORTE: 57MM.	UNIDADE	10			
2	BROCA WÍDEA PARA CONCRETO, MEDINDO, NO MÍNIMO, 6MM. PONTA DE METAL DURO.	UNIDADE	10			
3	BUCHA DE NYLON, NO MÍNIMO 6MM, PARA FIXAÇÃO EM ALVENARIA E CONCRETO. PACOTE COM 100 UNIDADES.	PACOTE	20			
4	BUCHA DE NYLON, NO MÍNIMO 8MM, PARA FIXAÇÃO EM ALVENARIA E CONCRETO. PACOTE COM 100 UNIDADES.	PACOTE	10			

5	BUCHA PARA GESSO DE 6MM.	UNIDADE	1000			
6	BUCHA PARA GESSO DE 8MM.	UNIDADE	1000			
7	LÂMINAS PARA ARCO DE SERRA 24 DENTES. 12".	UNIDADE	10			
TOTAL DO LOTE 1						
LOTE 02						
8	CABO DE COBRE ELETROLÍTICO, ROLO COM NO MÍNIMO 100 METROS FLEXÍVEL SEÇÃO CIRCULAR, TEMPERO MOLE ANTICHAMA CLASSE TÉRMICA 70º C 750V NO MÍNIMO 6MM² ISOLADO COMPOSTO DE PVC ANTICHAMA, COR PRETA.	ROLO	1			
9	CABO DE COBRE ELETROLÍTICO, ROLO COM NO MÍNIMO 100 METROS FLEXÍVEL SEÇÃO CIRCULAR, TEMPERO MOLE ANTICHAMA CLASSE TÉRMICA 70º C 750V NO MÍNIMO 6MM² ISOLADO COMPOSTO DE PVC ANTICHAMA, COR VERMELHA.	ROLO	1			
10	CABO DE COBRE ELETROLÍTICO, ROLO COM NO MÍNIMO 100 METROS FLEXÍVEL, SEÇÃO CIRCULAR, ANTICHAMA, CLASSE TÉRMICA 70ºC, 750V, NO MÍNIMO 2,5MM² , ISOLADO COMPOSTO DE PVC ANTICHAMA, COR AZUL.	ROLO	5			
11	CABO DE COBRE ELETROLÍTICO, ROLO COM NO MÍNIMO 100 METROS FLEXÍVEL, SEÇÃO CIRCULAR, ANTICHAMA, CLASSE TÉRMICA 70ºC, 750V, NO MÍNIMO 2,5MM² , ISOLADO COMPOSTO DE PVC ANTICHAMA, COR VERMELHA.	ROLO	4			
12	CABO DE COBRE ELETROLÍTICO, ROLO COM NO MÍNIMO 100 METROS FLEXÍVEL, SEÇÃO CIRCULAR, ANTICHAMA, CLASSE TÉRMICA 70ºC, 750V, NO MÍNIMO 4MM² , ISOLADO COMPOSTO DE PVC ANTICHAMA, COR AZUL.	ROLO	2			
13	CABO DE COBRE ELETROLÍTICO, ROLO COM NO MÍNIMO 100 METROS FLEXÍVEL, SEÇÃO CIRCULAR, ANTICHAMA, CLASSE TÉRMICA 70ºC, 750V, NO MÍNIMO 4MM² , ISOLADO COMPOSTO DE PVC ANTICHAMA, COR VERMELHA.	ROLO	2			

14	CABO DE COBRE TIPO PP DE 2,5MM , ROLO COM, NO MÍNIMO, 100 METROS, ISOLAMENTO ANTICHAMA, COR PRETA.	ROLO	1			
15	CABO DE COBRE TIPO PP DE 6MM , ROLO COM, NO MÍNIMO, 100 METROS, ISOLAMENTO ANTICHAMA, COR PRETA.	ROLO	1			
16	CABO DE COBRE TIPO PP , 4X4MM (4 VIAS DE 4MM CADA), TENSÃO DE ISOLAMENTO MÍNIMO 750V, ROLO COM, NO MÍNIMO, 100 METROS, ISOLAMENTO ANTICHAMA, COR PRETA.	ROLO	1			
17	DISJUNTOR BIPOLAR , 16A, CURVA C.	UNIDADE	10			
18	DISJUNTOR BIPOLAR , 20A, CURVA C.	UNIDADE	10			
19	DISJUNTOR BIPOLAR , 25A, CURVA C.	UNIDADE	10			
20	DISJUNTOR BIPOLAR , NO MÍNIMO 16A, 127V E 220V.	UNIDADE	15			
21	DISJUNTOR BIPOLAR , NO MÍNIMO 25A, DE 220V.	UNIDADE	10			
22	DISJUNTOR MONOPOLAR , 10A.	UNIDADE	10			
23	DISJUNTOR MONOPOLAR , 16A.	UNIDADE	10			
24	DISJUNTOR TRIPOLAR , NO MÍNIMO 35A, DE 220 V E 380V.	UNIDADE	5			
25	DISJUNTOR UNIPOLAR , NO MÍNIMO 15A, 127V E 220V.	UNIDADE	10			
26	ELETRODUTO CORRUGADO FLEXÍVEL . AM 3/4 DN 25 – 25M.	UNIDADE	2			
27	EXTENSÃO ELÉTRICA DE 5 TOMADAS . TRÊS PINOS GROSSOS, 10A, BIVOLT. CABO DE 3 METROS	UNIDADE	5			
28	PLUGUE FÊMEA 2P+T , 250V, 10A, 180°.	UNIDADE	5			
29	PLUGUE MACHO 2P+T , 250V, 10A, 180°.	UNIDADE	5			
30	RELÉ FOTOELÉTRICO REDONDO , 220V, 1000W, 50/60HZ, 1800 V.A.	UNIDADE	10			
31	TOMADA DUPLA DE EMBUTIR DE 3 PINOS NO MÍNIMO 10A E NO MÁXIMO 20A. TENSÃO MÍNIMA; 127V. TENSÃO MÁXIMA: 250V. CORRENTE MÁXIMA: 20A.	UNIDADE	40			

32	TOMADA DUPLA EXTERNA DE 3 PINOS NO MÍNIMO 10A E NO MÁXIMO 20A. TENSÃO MÍNIMA; 127V. TENSÃO MÁXIMA: 250V. CORRENTE MÁXIMA: 20A.	UNIDADE	53			
TOTAL DO LOTE 2						
LOTE 03						
33	ABRAÇADEIRA EM NYLON, NO MÍNIMO 5MM X 200MM. TRABALHO - 40°C A 85°C. PACOTE COM, NO MÍNIMO, 100 UNIDADES.	PACOTE	30			
34	CANALETAS EM PVC . DIMENSÕES MÍNIMAS: 20MMX10MM, COM, NO MÍNIMO, 2 METROS.	UNIDADE	1123			
35	CANALETAS EM PVC . DIMENSÕES MÍNIMAS: 30MMX30MM, COM, NO MÍNIMO, 2 METROS.	UNIDADE	609			
TOTAL DO LOTE 3						
LOTE 04						
36	ADESIVO PLÁSTICO , PARA PVC. FRASCO COM PINCEL NA TAMPA. 175G, INCOLOR.	UNIDADE	5			
37	APLICADOR PARA SILICONE MANUAL. AÇO INOX, PARA TUBO DE ATÉ 300G.	UNIDADE	2			
38	FITA ADESIVA DUPLA FACE , PERMANENTE, TRANSPARENTE. ROLO, MEDINDO, NO MÍNIMO, 19MM X 20M.	ROLO	10			
39	SILICONE ADESIVO NEUTRO INCOLOR. TUBO DE 280G.	UNIDADE	5			
TOTAL DO LOTE 4						
LOTE 05						
40	ASSENTO SANITÁRIO UNIVERSAL PARA VASOS OVAIS, EM POLIPROPILENO. COR BRANCA.	UNIDADE	38			
41	ENGATE FLEXÍVEL PARA BITOLAS 1/2 X 40 CM. GRANDE COM, NO MÍNIMO, 40CM E, NO MÁXIMO 50CM.	UNIDADE	38			
42	MECANISMO COMPLETO UNIVERSAL PARA CAIXA ACOPLADA, COM ENTRADA 263MM E SAÍDA 218MM. ACOMPANHA VEDANTE, SACHÊ DE SILICONE E CONJUNTO DE FIXAÇÃO PARA CAIXAS ACOPLADAS.	UNIDADE	44			

43	NÍVEL DE ALTA PRECISÃO . NÍVEL COM 3 BOLHAS: COMPRIMENTO NO MÍNIMO 600MM.	UNIDADE	1			
44	SIFÃO SANFONADO UNIVERSAL . COMPRIMENTO MÁXIMO: 660MM. COMPRIMENTO MÍNIMO: 300MM. BITOLA: 7/8", 1 1/4" E 1 1/2".	UNIDADE	61			
45	TORNEIRA PARA LAVATÓRIO , TIPO MESA, BICA BAIXA, EM METAL, CROMADA, COM DE ¼ DE VOLTA.	UNIDADE	27			
46	TORNEIRA PARA LAVATÓRIO , TIPO MESA, BICA BAIXA, EM METAL, CROMADA, COM DE ¼ DE VOLTA (COM ACIONADOR).	UNIDADE	30			
47	TORNEIRA PARA PIA DE COZINHA COM FILTRO, BICA ALTA EM METAL, CROMADA, CROMADA, COM DE ¼ DE VOLTA.	UNIDADE	6			
48	VALVULA DE ACIONAMENTO PARA CAIXA DE DESCARGA ACOPLADA, COR METÁLICA (inox). (BOTÃO ACIONADOR).	UNIDADE	4			
TOTAL DO LOTE 5						
LOTE 06						
49	CONES ZEBRADOS EM POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE, FLEXÍVEL. 75CM, LARANJA E BRANCO, REFLETIVO.	UNIDADE	6			
50	FITA ZEBRADA SEM ADESIVO PARA DEMARCAÇÃO. EM POLIPROPILENO. COR: AMARELO E PRETO. ROLO DE, NO MÍNIMO, 7MM X 100M.	ROLO	5			
51	PEDESTAL PLASTICO ORGANIZADOR DE FILA ÚNICA KIT COM 4 PEDESTAIS + 6 M DE CORRENTE ZEBRADO PT/AM	UNIDADE	2			
TOTAL DO LOTE 6						
LOTE 07						
52	LÂMPADA ELETRÔNICA 3U. 25W, FLUORESCENTE, 127V.	UNIDADE	152			
53	LÂMPADA ELETRÔNICA LED COMPACTA, BULBO, 18W, 127V.	UNIDADE	8			
54	LÂMPADA ELETRÔNICA LED PLAFON EMBUTIR, QUADRADO. MEDIDAS 22X22CM. 24W, BIVOLT.	UNIDADE	3			
55	LÂMPADA ELETRÔNICA LED PLAFON EMBUTIR, QUADRADO. MEDIDAS 30X30CM. 24W, BIVOLT.	UNIDADE	5			

56	LÂMPADA ELETRÔNICA LED PLAFON SOBREPOR, QUADRADO. MEDIDAS 22X22CM. 24W, BIVOLT.	UNIDADE	6			
57	LÂMPADA ELETRÔNICA LED PLAFON SOBREPOR, QUADRADO MEDIDAS 30X30CM. 24W, BIVOLT.	UNIDADE	7			
58	LÂMPADA ELETRÔNICA ESPIRAL 25W, 127V. FLUORESCENTE	UNIDADE	35			
59	LÂMPADA PARA POSTE DE PÁTIO . VAPOR METÁLICO. 220V.	UNIDADE	24			
60	LÂMPADA TUBULAR DE LED, T5, 18 W - LÂMPADA DE LED TUBULAR, T5, 18 W. TEMPERATURA DE COR IGUAL OU ACIMA DE 4000K IRC IRC > 80, EFICIÊNCIA LUMINOSA MÍNIMA DE 95 LM/W A 35°. VIDA ÚTIL MÍNIMA DE 16.000 HORAS	UNIDADE	140			
61	LÂMPADA TUBULAR, T5, 14W. FLUORESCENTE. TEMPERATURA DE COR DE 4000K. IRC > 80. EFICIÊNCIA LUMINOSA MÍNIMA DE 95LM/W À 35°. VIDA ÚTIL MÍNIMA DE 16.000 HORAS.	UNIDADE	147			
TOTAL DO LOTE 7						
LOTE 08						
62	PILHA ALCALINA AA. 1,5V. BLISTER COM 2 UNIDADES.	BLISTER	31			
63	PILHA ALCALINA AAA. 1,5V. BLISTER COM 2 UNIDADES.	BLISTER	356			
64	PILHA BATERIA ALCALINA A2 3. 12V. BLISTER COM 1 UNIDADE.	BLISTER	42			
TOTAL DO LOTE 8						
TOTAL ESTIMADO						

Prazo de validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.

Garantia: 12 meses, conforme edital.

DADOS DO PROPONENTE:

Razão Social:	
CNPJ:	Telefone/Celular:
Endereço:	CEP:
E-mail:	

DADOS DO REPRESENTANTE DA EMPRESA:

Nome:		
Endereço:		
CEP:	Cidade:	UF:
CPF:	Cargo/Função:	
RG nº.:	Expedido por:	
Naturalidade:	Nacionalidade:	

DADOS BANCÁRIOS:

Banco:
Conta Corrente:
Agência:

Declaramos conhecer e concordar plenamente com as cláusulas e condições do Edital e anexos deste Pregão Eletrônico, apresentamos nossa proposta de preços para fornecimento do objeto do certame conforme valores e especificações técnicas.

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Declaramos que proposta apresentada para participar deste Pregão Eletrônico foi elaborada de maneira independente pela empresa, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

Declaramos, sob as penas da Lei, que até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Declaramos, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/1993, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Declaramos que o e-mail informado nesta proposta é válido e poderá ser utilizado para todos os tipos de comunicação oficial, inclusive notificações, comprometendo-me sempre a mantê-lo atualizado junto à DPE/RO.

(Local)....., de 2022.

.....
(Assinatura do representante legal e carimbo)



Documento assinado eletronicamente por **Luan Hortiz Campos, Pregoeiro(a)**, em 10/05/2022, às 11:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Larissa Freitas dos Santos, Membro(a) de Equipe de Apoio**, em 10/05/2022, às 11:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Carlos Mendonca Tavernard, Membro(a) de Equipe de Apoio**, em 10/05/2022, às 11:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei informando o código verificador **0048807** e o código CRC **BD967487**.

Caso responda este documento, favor referenciar expressamente o Processo nº 3001.100631.2021.

Documento SEI nº 0048807v2



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria-Geral de Administração e Planejamento
Comissão Permanente de Compras e Licitação
Avenida Governador Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - www.defensoria.ro.def.br

ANEXO 0048810

ANEXO IV

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 000/2022/DPE-RO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000/2022/CPCL/DPE/RO

PROCESSO SEI: 3001.100631.2021

A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA - DPE/RO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.072.076/0001-95, com sede na Avenida Jorge Teixeira, nº 1722, Bairro Embratel - CEP: 76.820-846 - Porto Velho - RO, neste ato representada pela Secretária-Geral de Administração e Planejamento, Sra. **Beatriz de Andrade Chaves**, nomeada pela Portaria nº 0413/2021-GAB/DPE de 27 de abril de 2021, publicada no DOE-DPERO n.º 481, ano III, de 28 de abril de 2021, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s), firmam a presente Ata de Registro de Preços, nos termos das Lei nº 8.666/93 e Decreto Estadual 18.340/2013, suas respectivas alterações e demais normas legais aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Fornecimento de material hidráulico e elétrico para atender a Defensoria Pública do Estado de Rondônia, conforme especificações técnicas e condições complementares descritas no edital e seus anexos.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1. A ata de registro de preços terá vigência de **12 (doze) meses**, contada da data da publicação do extrato no Diário Oficial da Defensoria Pública do Estado de Rondônia.

2.2. A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será definida nos instrumentos convocatórios, observado o artigo 57 da Lei 8.666, de 1993, conforme Decreto Estadual nº 18.340/13.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE

3.1. É órgão gerenciador e participante desta ata de registro de preços a Defensoria Pública do Estado de Rondônia.

4. CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

4.1. Os preços registrados por item, especificações, quantidade, licitante(s) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Primeira classificada:

Empresa:		CNPJ:	
Endereço:			
E-mail:	Fone: (XX)	Celular: (XX)	
Representante:	RG:	CPF:	

Segunda classificada:

Empresa:		CNPJ:	
Endereço:			
E-mail:	Fone: (XX)	Celular: (XX)	
Representante:	RG:	CPF:	

Preços registrados:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT.	MARCA/MODELO/FABRICANTE	PREÇO UNIT. (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
TOTAL DA ATA						

5. CLÁUSULA QUINTA – PRAZOS, LOCAL, CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO

5.1. Conforme indicados no item **04** do termo de referência.

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1. Conforme disposto no item **05** do termo de referência.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA FORMA DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado obedecendo ao disposto no item **06** do termo de referência.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, a CONTRATADA estará sujeita as sanções definidas no item **08** do Termo de Referência.

9. CLÁUSULA NONA - DO SISTEMA ORÇAMENTÁRIO

9.1. Os recursos orçamentários para dar cobertura à realização da despesa estão previstos na Lei Orçamentária Anual - LOA, exercício **2022**, por meio da programação: **30.011.03.122.2046.2182**; Natureza da despesa: **3.3.90.3**; Fonte: **0230/0630**; Unidade orçamentária: **30011 - Fundo Especial da**

10. CLÁUSULA DEZ - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

10.1. Nos termos do Artigo 26 do Decreto Estadual 18.340/13, esta Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Estadual, Municipal ou Distrital que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

10.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.3. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.4. As adesões à ata de registro de preços não poderão exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

10.5. Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro de Preço.

11. CLÁUSULA ONZE - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 1993.

11.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços.

11.2.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

11.2.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

11.3. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

11.3.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

11.3.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

11.3.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

11.4. Será admitida solicitação de revisão de preços de que trata o item **11.3**, quando tratar-se de produto cujo preço médio de mercado for obtido em tabelas oficiais publicamente reconhecidas ou de preços regulamentados pelo poder público, depois de cumprido o disposto no inciso item **11.3.2**.

11.4.1. A revisão de preços prevista no subitem anterior poderá ser efetivada mediante requerimento do detentor da ata, que deverá fazê-lo antes do pedido de fornecimento e, deverá instruir o pedido com a documentação probatória de majoração do preço do mercado e a oneração de custos.

11.5. Os preços registrados serão mantidos inalterados por todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços - ARP, admitida sua revisão, para majorar ou minorar os preços registrados, em casos excepcionais, nas hipóteses legais e considerando os preços vigentes de mercado.

11.5.1. A revisão de preços prevista no subitem anterior precederá de requerimento: I - do detentor da ata, que deverá fazê-la antes do pedido de fornecimento e, instruindo seu pedido com documentação probatória de majoração de preço do mercado e a oneração de custos; pelo órgão participante ou órgão interessado, comprovando por meio de pesquisas de preços que há minoração do valor originalmente registrado.

11.5.2. Comprovada a majoração dos valores de mercado nas hipóteses da alínea “d” do inciso II do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993, o órgão gerenciador da Ata convocará, antes da efetiva alteração de preços, as demais licitantes na ordem de classificação original para que manifestem interesse em manter o preço original registrado em ata, de modo que, inexistindo interessados dispostos em manter o valor da ata; os preços poderão ser revisados conforme disposto no subitem **11.5.**

11.5.3. Comprovada a minoração dos valores de mercado, o órgão gerenciador da ata convocará os licitantes na ordem de classificação original para que manifestem interesse em adequar o preço registrado em ata, de modo que o órgão, mediante análise de vantajosidade e probidade das licitantes, poderá realizar, a seu critério técnico, os trâmites administrativos cabíveis para o cancelamento do item da ata.

11.5.4. A revisão aprovada não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época do registro.

12. CLÁUSULA DOZE - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. A presente Ata de Registro de Preços vincula-se ao edital, anexos e a(s) proposta(s) da(s) licitante(s) do Pregão Eletrônico que originou o presente documento.

12.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

12.3. Os casos omissos regular-se-ão pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

12.4. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

12.5. O extrato da presente Ata será publicado no Diário Oficial Eletrônico da Defensoria Pública do Estado de Rondônia.

12.6. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

13. CLÁUSULA TREZE - DO FORO

13.1. Fica eleito o foro da comarca de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, para dirimir todas e quaisquer dúvidas que surgirem da execução da presente Ata.

Porto Velho - RO, na data da assinatura.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Beatriz de Andrade Chaves

Secretária-Geral de Administração e Planejamento

NOME DA EMPRESA

.....

Representante legal da empresa



Documento assinado eletronicamente por **Luan Hortiz Campos, Pregoeiro(a)**, em 10/05/2022, às 11:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Larissa Freitas dos Santos, Membro(a) de Equipe de Apoio**, em 10/05/2022, às 11:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Carlos Mendonca Tavernard, Membro(a) de Equipe de Apoio**, em 10/05/2022, às 11:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei informando o código verificador **0048810** e o código CRC **B5E3DE58**.

Caso responda este documento, favor referenciar expressamente o Processo nº 3001.100631.2021.

Documento SEI nº 0048810v2